



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 748 - DE 13 A 27 DE SETEMBRO DE 2025 - R\$ 5,00



Supremo Tribunal Federal condena Bolsonaro

**A ultradireita bolsonarista somente será derrotada
pela classe operária organizada e em luta**

**A tarefa das centrais, sindicatos e movimentos é a
de constituir a frente única anti-imperialista**



*Trabalhadores e povos
oprimidos de todo o
mundo, o fim do
genocídio e a libertação
do povo palestino estão
em nossas mãos!*

**ORGANIZEMOS AS
MANIFESTAÇÕES DE MASSA E
A CONSTITUIÇÃO DE UMA
FRETE ÚNICA
ANTI-IMPERIALISTA!**

**A crise de direção exige para sua superação a reconstrução do
Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional**



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO

Supremo Tribunal Federal condena Bolsonaro

**A ultradireita bolsonarista somente será derrotada pela
classe operária organizada e em luta**

*A tarefa das centrais, sindicatos e movimentos é a de constituir
a frente única anti-imperialista*

A conclusão de que o ex-presidente Bolsonaro e seu grupo de militares formaram uma “organização criminosa”, para desfechar um golpe de Estado e impedir a posse de Lula, permitiu à primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela prisão dos envolvidos na conspiração. A condenação já era esperada. O que surpreendeu foi o voto contrário do ministro Luiz Fux. Sua divergência, no entanto, é insustentável. Suas manobras verbais custaram o tempo de 14 horas. De tão absurdas e contraditórias em relação aos fatos e ao processo político de contestação da vitória de Lula pela via do golpismo, as suas argumentações mutiladas caíram no ridículo. Esse resultado, porém, servirá à ultradireita e seus aliados de direita para dar prosseguimento à contestação de que se tratou uma perseguição política ao ex-presidente e seus militares. Vão redobrar seus esforços para ir adiante com o movimento parlamentar pela anistia.

Não se pode perder de vista que Bolsonaro, sua família de politiquinhos, o Partido Liberal (PL), parte significativa das igrejas evangélicas e empresários contam com a intervenção dos Estados Unidos. O processo e o julgamento da camarilha bolsonarista foram diuturnamente bombardeados pelas forças radicalmente antidemocráticas, antinacionais e antipopulares.

O apoio ofensivo de Trump à reação bolsonarista chegou ao ponto de os Estados Unidos se utilizarem da crise política interna para impor a brutal tarifa de 50% às exportações brasileiras. A punição ao ministro relator do processo, Alexandre de Moraes, enquadrando-o na Lei Magnitsky, um instrumento do intervencionismo norte-americano em todo o mundo, não surtiu o efeito esperado. Ao contrário, Trump conseguiu que o governo, PT e aliados ressuscitassem a bandeira da soberania nacional, há muito relegada ao passado pelas correntes mais à esquerda da política burguesa.

O bolsonarismo, por seu turno, viu-se despido de seu vulgar, religioso e fanático patriotismo verde-amarelo. Mostrou que seu nascimento e sobrevivência sempre estiveram na dependência dos Estados Unidos.

A ultradireita se identifica com o golpe militar de 1964 e com a ditadura das Forças Armadas. Expressa a particularidade de ter-se tornado um canal de ação política de setores poderosos das igrejas evangélicas, cujas ramificações com os Estados Unidos são evidentes. Os seus riquíssimos aparatos se entrelaçaram profundamente com a política parlamentar e governamental. A bancada evangélica, controlada pelo deputado Sóstenes Cavalcante, e a fração evangélica, encabeçada pelo pastor Silas Malafaia, se fortaleceram com o golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff e com a projeção do ex-militar e parlamentar Bolsonaro.

Nesse terreno, ampliaram-se as forças de partidos de direita e centro-direita, que melhor representam as oligarquias burguesas. Esses partidos se viram obrigados a se afastarem

provisoriamente da ultradireita bolsonarista no período da pandemia. Parte deles acabou por se aliar a Lula na disputa eleitoral, vindo a formar o denominado governo de frente ampla. A tentativa de golpe de Estado, que culminou com a abertura de 8 de janeiro de 2023, isolou momentaneamente em certa medida a ultradireita bolsonarista.

Lula constituiu um governo extremamente dependente dos partidos de direita e centro-direita. Essa composição indicou desde o início da posse de Lula que seu governo seria frágil e suscetível à marcha da crise econômica e política. Assumiu as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Não só não foi capaz de revogá-las em favor dos assalariados e da maioria oprimida como também contribuiu com novas contrarreformas. Abandonou o já restrito critério de valorização do salário mínimo. Manteve o parasitismo da dívida pública. Cortou recursos da saúde e educação. E deu sequência às privatizações. Sua dependência aos partidos de direita e centro-direita o levou a sustentar a entrega de bilhões de recursos orçamentários ao Congresso Nacional, que, na forma de emendas parlamentares, impulsionaram as relações oligárquicas que caracterizam a política burguesa.

Esse é o semeador que permitiu o engrandecimento da ultradireita e que o alimenta nas condições em que o ex-presidente da República é condenado como chefe de uma “organização criminosa”, que atentou contra o “Estado de Direito” e objetivou instalar um regime ditatorial. Daqui para frente, mantendo ou não o confinamento de Bolsonaro, a direita e centro-direita trabalharão com mais afinco para erguer uma candidatura opositora a Lula e seus aliados.

No centro dessa movimentação, se encontra o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do partido evangélico, Republicanos, que logo mais terá de abandonar seu posto no governo de frente ampla, seguindo o exemplo do PP e União Brasil, que acabam de se unir em uma federação.

Tarcísio tornou-se a ponta de lança do movimento bolsonarista pela anistia. Postou-se ao lado de Trump, valendo-se da hipocrisia diplomática. Vem arregimentando a fração capitalista exportadora do Sudeste como um bom protetor, prevendo a disputa eleitoral.

Bolsonaro e seus agentes continuam a depender da burguesia agropecuária e das camadas obscurantistas de alta classe média. Sem a presença de Bolsonaro, o governador dos Republicanos depende completamente do PL e de sua aliança com a direita e centro-direita. Outros governadores pró-anistia, como o de Minas Gerais e Goiás, sobretudo, já lançaram suas candidaturas à espera de possíveis composições que garantam o apoio de Bolsonaro. Tarcísio anunciou na manifestação de 7 de setembro de São Paulo que será o candidato voltado a dar o indulto a Bolsonaro, caso seja eleito.

Esse processo, brevemente descrito, é suficiente para deduzir que um ano que dista das eleições de 2026 será de grandes embates voltados à disputa pelo poder presidencial. O que quer dizer que os explorados serão ainda mais convocados a se submeterem às divisões interburguesas, que recrudesçam com a intervenção dos Estados Unidos e o confinamento de Bolsonaro.

Os atos das centrais, sindicatos e movimentos realizados no dia 7 de setembro em contraponto aos dos bolsonaristas indicaram que os petistas e aliados vão se agarrar à bandeira contrária à anistia e pela reeleição de Lula. As manobras em torno à bandeira de soberania nacional, no entanto, tem fôlego curto, uma vez que as direções burocráticas e conciliadoras não colocarão em marcha um movimento de massa anti-imperialista. Apesar de que a crise mundial vem se agravando e as massas se veem premidas a reagir aos ataques do grande capital e de seus governos, as travas montadas pelas burocracias sindicais precisam ser rompidas por meio da luta de classes.

Nesse momento, são sintomáticas as manifestações na França e no Nepal. Refletem as dificuldades dos governantes de manterem os explorados no leito da passividade. Na América Latina, o intervencionismo dos Estados Unidos, graficamen-

te exposto no cerco militar à Venezuela e no ataque comercial ao Brasil, vem suscitando indignação da população, o que pode vir a se desdobrar em movimento anti-imperialista. É preciso ainda considerar a transcendência mundial da guerra do Estado sionista travada no Oriente Médio, provocando o genocídio do povo palestino, e o perigoso impasse na guerra na Ucrânia, que ainda pode extrapolar para a Europa, como tem insistido a França, Alemanha e Polônia.

É fundamental, no caso do Brasil, travar a luta para que as organizações operárias e populares se libertem da política de colaboração de classes, que se volta à sustentação do governo burguês de Lula.

A bandeira de soberania nacional há muito passou para as mãos da classe operária. Um movimento anti-imperialista se chocará e passará por cima, primeiramente, da ultradireita bolsonarista, que a todo custo vem se colocando como instrumento da dominação norte-americana no Brasil e na América Latina.

Cabe à vanguarda com consciência de classe dedicar todas as suas forças para levantar as bandeiras anti-imperialistas e de defesa da vida dos explorados. É por esse caminho que será possível constituir a frente única anti-imperialista.

Significado político do julgamento de Bolsonaro e de seu grupo golpista

No dia da Independência do Brasil, 7 de setembro, a ultradireita e setores da direita realizaram manifestações em vários estados, sendo as de São Paulo e Rio de Janeiro os principais termômetros da disposição dos bolsonaristas resistirem à previsível condenação do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Sob a bandeira de “anistia ampla e irrestrita”, governadores alinhados à ultradireita, parlamentares e representantes evangélicos, na figura do pastor Silas Malafaia e do deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL), declararam “guerra” contra a condenação e prisão Bolsonaro.

No dia 5 de agosto, parlamentares do PL, comandados pelo evangélico Valdemar Costa Neto, ocuparam a Mesa Diretora da Câmara Federal e bloquearam o acesso de seu presidente, Hugo Motta, em protesto à prisão domiciliar de Bolsonaro. Foi necessária uma negociata para que Motta pudesse se sentar à Mesa Diretora. Os bolsonaristas e aliados pleitearam a anistia, que depende dos presidentes da Câmara de Deputados e do Senado colocarem em andamento e criarem a possibilidade de votação.

A coligação da ultradireita com uma fração da direita pode alcançar a maioria. Os bolsonaristas estão dispostos a aprofundar a crise política para salvar Bolsonaro da prisão. Impedir que a condenação da alta cúpula governamental, que planejou o golpe de Estado e responde pela ocupação da Praça dos Três Poderes da República por manifestantes bolsonaristas, em 8 de janeiro de 2023, significaria desautorizar o longo processo judicial que apurou a conspiração golpista contra o “Estado de Direito”. Assim foi qualificado pela Procuradoria Geral da República (PGR) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), munidos da documentação e demonstração de ações políticas apuradas pela Polícia Federal.

O relator do processo, ministro do STF, Alexandre de Moraes, conta com o apoio da quase totalidade do STF, na apresentação de provas e na conclusão de que houve um crime capital contra a Constituição. Na medida em que se consolidava o processo e

ficava patente que viria a condenação, os deputados e senadores bolsonaristas armavam a revolta do Legislativo contra o Judiciário. Procuraram fortalecer o objetivo de limitar o poder do STF, acusado de legislar. E o STF afirma que apenas reage à violação da Constituição e, portanto, em defesa do funcionamento do Estado de Direito. O fato é que tem havido um crescente desentendimento entre o Legislativo e o Judiciário, que como tal envolve o poder Executivo (presidencial).

A formalidade constitucional de separação e harmonia dos Três Poderes da República não se sustenta diante das poderosas tendências de desintegração do capitalismo, de crises econômicas sucessivas e de perpetuação da barbárie social. O golpe militar de 1964 assentou a necessidade imperiosa de uma centralização ditatorial. O seu esgotamento, depois de 21 anos de vigência da junta de generais no comando do País, não deu lugar a uma pujante democracia burguesa. A Constituição de 1988, que representou a “Nova República”, em nenhum momento expressou um período de estabilidade social e política. Sucessivas crises no centro do poder do Estado resultaram em interrupção da governabilidade.

A diferença está em que o Congresso Nacional se encarregou de usar o afastamento do presidente pelo impeachment. As forças majoritárias no Legislativo ganharam o poder para anular a eleição do presidente. Assim se passou com Collor de Mello em 1992 e com Dilma Rousseff em 2016. O governo Lula esteve perto do impeachment em seu primeiro mandato, quando veio à tona o escândalo do “mensalão”, em junho de 2005.

A direita e ultradireita que derrubaram o governo de Dilma Rousseff (PT) não conseguiram estabilizar as relações políticas. Ampliaram a ofensiva burguesa contra os explorados com as contrarreformas trabalhista de Temer e previdenciária de Bolsonaro. As condições de existência da maioria oprimida se agravaram. A derrocada econômica do País e a tormenta que abateu sobre os

trabalhadores causadas pela pandemia evidenciaram o caráter francamente antipopular e antinacional do governo ultradireitista de Bolsonaro.

O STF reviu o processo que levou Lula à prisão em abril de 2021 no marco de uma aguda crise política. A ultradireita bolsonarista se viu sobressaltada pela possibilidade do ex-presidente petista voltar à disputa eleitoral. O processo sobre a corrupção montado pela Operação Lava Jato ficou inteiramente nas mãos do juiz Sérgio Moro e do procurador Deltan Dallagnol, ambos expressões da ultradireita no judiciário. A polarização política que emergiu no interior da burguesia e dos seus governantes, provocada pela orientação e resposta do Estado à pandemia, desaguou na disputa eleitoral, em que Bolsonaro foi derrotado por uma pequena margem de votos, em outubro de 2022.

A ultradireita encarnada pelo bolsonarismo, defensora do golpe de 1964 e partidária do regime militar, recorreu à contestação das eleições movidas pelo retorno de Lula. Do questionamento às urnas eletrônicas, os ultradireitistas passaram a conspirar e a organizar manifestações contra o STF, desfraldando a bandeira de seu fechamento e volta dos militares ao poder do Estado. Contaram com o apoio de setores empresariais, que ficaram de fora do processo de atentado ao “Estado de Direito”, e que continuam atuando sob a sombra do silêncio. Nada teria acontecido com Bolsonaro e a cúpula da “organização criminoso”, nos termos estabelecidos pelo relator Alexandre de Moraes, que envolve gerais, se não fossem a invasão da Praça dos Três Poderes e a quebraadeira provocada pela turba, que não sabia o que estava praticando e a serviço de que causa verdadeira agia cegamente.

Os manifestantes de 8 de janeiro arcam com duras penas. Frustrada a tentativa de golpe de Estado, a corda começou a se romper nos fios mais débeis. Entre os defensores de uma anistia, há aqueles que julgam procedente livrar aqueles que estão pagando caro pelo 8 de janeiro. Mas, a cúpula do bolsonarismo, encastelada no PL, exige a anistia de Bolsonaro.

Como agravante da crise política, pesa em grande medida a intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos do Brasil. O tarifaço de Trump vem acompanhado da defesa de Bolsonaro e da condenação do STF por ter interferido nos interesses monopolistas das big techs. As sanções contra o ministro Alexandre de Moraes são apenas uma pequena prova sobre até que ponto chega a prepotência do imperialismo norte-americano.

O clã Bolsonaro conta religiosamente com maiores punições ao Brasil para erguer setores poderosos da burguesia contra o STF e o governo Lula, colocando-os contra a parede. Nisso reside o fator principal da crise política que tende a se agravar.

O fato das Forças Armadas terem assimilado a possibilidade de prisão do ex-presidente e com ele alguns militares de alta patente serve de contrapeso à ofensiva da ultradireita e mesmo dos Estados Unidos contra o STF. No entanto, a força do bolsonarismo vai muito além do próprio ex-presidente. Está encarnada nos mais importantes partidos da oposição ao governo Lula, tanto de direita quanto de centro-direita.

O pronunciamento do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do Partido Republicanos, braço político da Igreja Universal Reino de Deus, no ato de 7 de setembro, atacando rispidamente

o ministro Alexandre de Moraes e exigindo a anistia, assinala que o Congresso Nacional se manterá como trincheira voltada a anular qualquer que seja o resultado do processo de condenação de Bolsonaro.

As manifestações convocadas pelas centrais sindicais e movimentos vinculados ao PT, PSOL e PCdoB ficaram muito aquém do esperado. As bandeiras de “sem anistia” e “soberania nacional” não serviram de mobilização das massas. Embora as pesquisas indiquem que a maioria dos brasileiros acha que houve tentativa de golpe e está pela punição a Bolsonaro, não tem sido motivo para ganhar as ruas. Mesmo os bolsonaristas já não contam com apoio tão amplo das bases sociais que levaram Bolsonaro à presidência da República.

Os explorados estão se batendo para que suas condições de existência não se rebaixem ainda mais. Evidentemente, uma importante parcela da população, principalmente da classe média, acompanha o atritoso processo, mas tudo se passa no alto da política burguesa.

Bolsonaro caiu em descrédito no período da pandemia, de forma que sua política antinacional e antipopular não chegou a ser sentida amplamente pelos explorados. É o que evidenciou a polarização eleitoral entre a candidatura de ultradireita e a de centro-direita. Nessas condições políticas e sociais, não havia como progredir um golpe de Estado. Mas setores da ultradireita, militar-empresarial arriscaram impedir a posse de Lula. As cenas caóticas de 8 de janeiro em Brasília expuseram o desespero dos bolsonaristas em perderem a presidência da República e a inépcia de Bolsonaro e seus gerais.

A afirmação de Lula no poder, apoiado em um “governo de frente ampla”, logo se mostrou débil e incapaz de reequilibrar as forças em conflitos, que vêm se batendo desde o fim da ditadura militar e, principalmente, desde que o PT alcançou o poder em outubro de 2002.

Partidos como o PP, União Brasil e Republicanos detêm ministérios e cargos na esfera federal. Fazem jogo duplo: servem à oposição bolsonarista e compartilham da governabilidade. Estão prestes a abandonar o governo e já fazem campanha por uma candidatura para desbancar o PT em outubro de 2026.

Os ataques de Trump ao Brasil inibiram uma fração dos partidos de centro-direita em apoiar abertamente as proposições dos bolsonaristas. O que não significa se colocarem ativamente do lado do governo e do STF. A condenação de Bolsonaro, tudo indica, não refreará o ímpeto da ultradireita e da direita em se unirem mais decididamente daqui em diante, e mais ainda na medida em que se aproxima o processo eleitoral.

Os lulistas, petistas e aliados recorrem ao palavreado de defesa nacional e democrática sem, contudo, erguerem de fato um movimento anti-imperialista. A inegibilidade de Bolsonaro joga a favor de Lula, assim como a inegibilidade de Lula jogou a favor de Bolsonaro no passado. Eis por que as bandeiras de “anistia” e de “não-anistia” estão intimamente vinculadas ao futuro eleitoral. Mesmo que Bolsonaro esteja preso, ainda há a possibilidade de uma candidatura coligada entre a ultradireita e a direita vir a ganhar as eleições em 2026. Esse prognóstico, por enquanto, não tem como ser contestado, uma vez que o governo Lula tem

demonstrado incapacidade de enfrentar o ataque de Trump e a movimentação dos bolsonaristas que não temeram em desfraldar uma gigantesca bandeira dos Estados Unidos no dia comemorativo da independência do Brasil.

O STF é um órgão do Estado burguês. Acaba por servir de caixa de ressonância das divisões interburguesas, que se manifestam na economia e se refletem no Executivo e no Congresso Nacional. Como a mais alta Corte responsável pela preservação da Constituição, que tem por base as relações capitalistas de produção e de propriedade, julga os crimes que ocorrem no interior da burguesia e dos seus partidos.

A classe operária e os demais explorados não têm como interferir em nada nos processos, como foram os do “Mensalão”, os da “Lava Jato” e, agora, os da “Operação Tempus Veritatis”. As direções sindicais e partidos aliados do PT se colocaram na defesa de Lula, quando foi atingido por investigações, não para desenvolver a luta de classes contra a burguesia e o imperialismo, mas em defesa da democracia oligárquica imperante e da governabilidade burguesas. Agora, estão pela prisão de Bolsonaro pelo mesmo objetivo e por meio dos mesmos processos conduzidos pelo mais elevado tribunal da democracia burguesa, que é o STF.

A tortuosa discussão jurídica sobre se as provas são suficientes ou não para condenar Bolsonaro e mais sete outros réus é típica do tribunal burguês. Não é por rigor jurídico que o voto do ministro Luiz Fux favorável à absolvição de Bolsonaro abre uma fresta para a contestação futura à condenação dos réus golpistas. O STF como órgão do Estado burguês não pode levar às últimas consequências as investigações e as condenações dos políticos da burguesia, que recorreram a crimes políticos contra a própria Constituição.

Lembremos que o impeachment de Dilma Rousseff consistiu em um golpe institucional. As forças golpistas ocuparam a presidência com a ditadura civil de Temer. Bolsonaro se potenciou

eleitoralmente sob esse governo de transição e instalou um governo de ultradireita. Alquebrado pela crise avultada pela pandemia, recorreu a meios e métodos antidemocráticos para impedir que seu arquirrival vencesse as eleições e tomasse posse da presidência. São fartas as provas de que se gestou no Planalto um curso para o golpe de Estado, que fracassou por falta de condições sociais e políticas.

Para a classe operária e demais trabalhadores, o problema está em que a ultradireita fascizante não será derrotada pela via judiciária. O governo Lula de frente ampla emergiu da crise e continuou se afogando em suas marés altas. A subordinação do movimento sindical e popular ao governismo petista resulta em subordinação ao domínio da burguesia e às instituições do Estado oligárquico. Essa subordinação favorece a ultradireita e direita burguesas, que se alimentam da crise de governabilidade e trabalham pela instalação de um regime político ditatorial.

Uma posição de independência de classe dos explorados diante de todas as variantes da política burguesa implica rejeitar e combater a estratégia de poder que perpetue a ditadura da classe capitalista sobre a maioria explorada e a opressão imperialista. Somente um Tribunal Popular, constituído sobre a base da luta dos explorados em defesa de um programa próprio torna possível apurar e julgar os crimes da burguesia.

Está posta na situação, a organização de um movimento anti-imperialista e anticapitalista, com o claro objetivo de derrotar a ofensiva dos Estados Unidos e esmagar as forças burguesas internas que servem aos interesses do imperialismo. É com essa compreensão da crise interna, condicionada pela crise mundial, que o Partido Operário Revolucionário (POR) luta pela constituição da frente única anti-imperialista, movida por um programa próprio de reivindicações, pela democracia operária e pelos métodos da ação direta.

Reproduzimos o Manifesto do POR, publicado no dia seguinte à ocupação da Praça dos Três Poderes pela turba bolsonarista. Foi publicado, posteriormente, no Jornal Massas 681, de 22 de janeiro de 2023. O motivo de sua republicação está em que consiste em um documento emitido no fogo dos acontecimentos. Sua resposta à tentativa de golpe de Estado pela ultradireita se confirma no momento em que se realiza o julgamento do chefe da conspiração, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O significado e a importância da tentativa de golpe

O que está colocado para classe operária e demais explorados

9 de janeiro de 2023

A ameaça de golpe veio se gestando antes, durante e depois das eleições presidenciais. Bolsonaro, um grupo de militares de alta patente e parlamentares de sua base aliada não admitiram transferir o poder ao Lula e à frente partidária oposicionista. A contestação às urnas eletrônicas foi um sinal de que rejeitariam o resultado eleitoral favorável ao petista. O fato de o Congresso Nacional ter se colocado contra a volta do voto impresso não alterou a disposição de Bolsonaro, seus generais e séquito partidários de ultradireita de reagirem pela via do golpe de Estado. O problema estava em arregimentar forças na burguesia e na classe média, e contar com apoio externo de uma fração do imperialismo. O que não foi possível.

O movimento articulado por poderosos setores burgueses e institucionais em torno à bandeira de “Defesa da Democracia e do Estado de Direito” indicou às Forças Armadas que não poderiam incentivar uma aventura golpista. Nesse mesmo sentido, se pronunciaram as potências, sob a orientação dos Estados Unidos. Um conjunto de ações políticas sustentado pela fração burguesa legalista, convencida de que já não havia condições de Bolsonaro manter a governabilidade, garantiu a realização das eleições, que foram extremamente polarizadas. No entanto, a fração mais radical do bolsonarismo manteve o curso da contestação golpista. Garantiu-se o processo institucional das eleições, mas nas condições em que as reações de Bolsonaro e de seus partidários continuaram seguindo o objetivo de fomentar uma revolta na classe média,

fator fundamental para o desenvolvimento das condições sociais para uma intervenção militar, sob o comando de Bolsonaro.

A ultradireita aspirava impor uma ditadura militar sob o auspício do governo bolsonarista. O golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff contou com a movimentação decisiva da ultradireita, que se aliou aos partidos de centro-direita. O governo de transição de Temer funcionou como uma ditadura civil. As forças de centro-direita, encabeçadas pelo PSDB e MDB, sobretudo, não foram capazes de eleger seu candidato. A disputa se deu entre Bolsonaro, da coligação de ultradireita, e Haddad, da coligação de centro-esquerda. A continuidade da crise econômica, o agravamento das condições de existência dos explorados, os dois anos de pandemia, o acirramento da guerra comercial e os realinhamentos no interior do imperialismo, produzidos pela desintegração do capitalismo mundial, e que se refletiram pesadamente na América Latina, inviabilizaram o objetivo de Bolsonaro constituir uma ditadura bonapartista. Mas, não o impediram de potenciar uma variante de nacionalismo de ultradireita, apoiada em setores capitalistas internos, em estamentos das Forças Armadas e da Polícia e nas camadas mais ricas da classe média, e com laços com o trumpismo, ala da ultradireita do Partido Republicano nos Estados Unidos.

As raízes desse fenômeno se encontram no fracasso do nacional-reformismo, que deu lugar ao golpe de 1964 e ao longo período de ditadura militar, que ficou para trás com a fim desse ciclo e a reconstituição da democracia oligárquica, que não pôde se firmar como base para a estabilidade governamental. Nenhum governo do período pós ditadura pôde escapar às crises políticas, que golpeiam a governabilidade. A explicação está em que não há possibilidade de a burguesia nacional realizar as reformas necessárias, para desenvolver as forças produtivas e superar a miséria e a fome estruturais. Essa é uma tarefa que somente o proletariado no poder tem como cumprir. O que só é possível por meio de uma revolução social.

A ascensão do PT à Presidência, assentado na popularidade eleitoral de Lula, em 2002-2003, criou a ilusão de que poderia erguer a economia do País, pôr limites ao saque imperialista, controlar a poderosa influência do capital financeiro e, assim, resolver o problema do vasto desemprego e da miséria. Não somente fracassou, como foi destituído do comando do Estado pelo golpe de 2016, sem que pudesse recorrer a um levante dos explorados contra as forças reacionárias, que se potenciavam e que levariam, finalmente, Bolsonaro à Presidência e, assim, se reconduziriam os militares para o centro da governabilidade.

Esse processo revela o quanto a democracia oligárquica e o respectivo governo de plantão estão submetidos à égide do poder militar. E revela também a incapacidade do reformismo petista de alterar as relações ditatoriais que imperam no seio do Estado burguês semicolonial.

Lula venceu no marco de uma divisão interburguesa e de uma polarização resultantes e causadoras da profunda crise política, cujo significado principal foi o de afastar a fração militar bolsonarista do centro da governabilidade. Não por acaso, os comandantes bolsonaristas resistiram em participar da diplomação de Lula, seguindo a conduta de Bolsonaro de não reconhecer a derrota eleitoral. Essa resistência, por si só, representou uma posição golpista. Os acampamentos em frente aos quartéis têm sido protegidos pelos militares, que estão de acordo com a bandeira de golpe de Estado, mas que não se aventuraram, pelo menos por enquanto, a tomarem a frente do movimento, que teve sua mais alta expressão no bloqueio nacional promovido pelos caminhoneiros.

A dissolução dessa investida golpista, no entanto, não pôs fim à articulação nacional de empresários, militares, policiais e politiquieiros, para manterem acesa a contestação às eleições e à posse de Lula. Na diplomação de Lula pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a horda bolsonarista promoveu em Brasília uma sedição, que, visto agora, serviu de preparação para a invasão do Palácio dos Três Poderes. O governador de Brasília, as autoridades

policiais e militares facilitaram aos bolsonaristas, para que tivessem liberdade de ação. A complacência do Ministro da Defesa de Lula, José Múcio Monteiro, foi um fator a mais em favor do golpismo. Essa conduta política dos poderes governamentais serviu de sinal para que o movimento golpista concentrasse forças, vindas de vários estados, no domingo, dia 8 de janeiro, para invadir as dependências do governo federal.

Bolsonaro assistiu lá dos Estados Unidos a turba defensora da volta dos militares ao poder a fazer o quebra-quebra. O seu ex-ministro da Justiça e secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, fez o mesmo, lá do exterior, estando de mãos dadas com seu chefe Bolsonaro. Lula decidiu pela intervenção federal nas forças de segurança, que é de responsabilidade do governador Ibaneis Rocha. Somente assim, a repressão se tornou efetiva, com as prisões em massa. Mas, o exército, somente no dia seguinte, atendeu ao pedido do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, de desmontar o acampamento bolsonarista em frente ao seu QG, de onde se vinha organizando a conspiração.

Embora a tentativa de golpe não tenha prosperado e se configurado como uma aventura, ficou ainda mais clara a debilidade do novo governo, que terá de lidar e conviver com conspiradores da ultradireita. A investida antidemocrática de 8 de janeiro estabelece um marco da crise política, no interior da qual Lula foi eleito por uma pequena margem de votos e sobre a qual constituiu seu governo burguês de frente ampla. Passado esse momento – tudo indica que a aventura não tem como ser retomada imediatamente, foi inclusive condenada por todas as potências imperialistas e pelos mais importantes governos da América Latina – o governo de Lula ficará ainda mais preso aos partidos oligárquicos da frente ampla e dos poderes do Estado.

As manifestações convocadas pelas centrais, sindicatos e partidos serão realizadas quando o perigo imediato do golpe já passou. Mas não deixam de ser importantes como demonstração de resistência popular à tentativa de golpe e à potenciação da ultradireita fascizante. Não devem, porém, servir de instrumento de apoio ao governo burguês de Lula e à frente ampla burguesa que o compõe. Não se pode confundir a luta democrática dos explorados contra a tentativa de golpe e ao avanço da ultradireita fascizante com a defesa da democracia burguesa em geral, que serve, inclusive, de abrigo à reação mais feroz, como a que Bolsonaro montou em seu governo.

As tendências golpistas vão permanecer vivas, mesmo depois do fracasso momentâneo da aventura do dia 8 de janeiro. Somente a classe operária pode dirigir um movimento de maioria oprimida contra as posições e organizações da ultradireita, sem, por isso, deixar de lutar contra todas as variantes da política burguesa, que inclui o reformismo ou pseudo reformismo encarnado pelo PT. É fundamental, nessa luta, libertar os sindicatos das direções que os submetem e os perfilam por detrás da governabilidade burguesa, em nome da democracia e da participação popular. Vencer o golpe significa na prática se opor à derrubada, pela via totalitária, do governo eleito, mas não significa, para a política do proletariado, sustentá-lo e nem deixar de combatê-lo sob a estratégia da revolução proletária.

O Partido Operário Revolucionário (POR) se colocou claramente contra o movimento golpista dos caminhoneiros, defendendo que as centrais, sindicatos e movimentos organizassem a mobilização nacional sobre a base de um programa de reivindicação dos explorados e no terreno da mais completa independência ideológica, política e organizativa diante do novo governo burguês de Lula. Agora, o POR volta a insistir que somente a classe operária organizada e lutando com seu programa próprio pode quebrar a espinha dorsal da ultradireita fascizante e do golpismo, e também constituir uma oposição revolucionária ao governo de Lula, que, sem dúvida, servirá à burguesia e não aos explorados.

Abaixo a tentativa de golpe de Estado!

Pela luta independente da classe operária por seu programa e estratégia própria de poder!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da IV Internacional

À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

Centrais, sindicatos, movimentos e organizações políticas que defendem a soberania nacional e a expulsão dos Estados Unidos da América Latina têm o dever classista e revolucionário de erguer a frente única anti-imperialista

Está claro que a burguesia nacional se encontra amarrada sob o domínio das potências imperialistas

A ultradireita e a direita burguesas que se expressam por meio dos partidos oligárquicos já demonstraram direta ou indiretamente que estão pelo alinhamento com o governo Trump em seu intervencionismo na América Latina

O cerco militar que os Estados Unidos promovem em torno à Venezuela é um atentado à soberania nacional a todos os países latino-americanos

O governo Lula está condicionado, em última instância, às forças políticas que se submetem ou tendem a se submeter à dominação norte-americana

Somente a classe operária organizada e em luta pode defender a independência nacional, apoiando-se na maioria nacional oprimida

O real enfrentamento da nação oprimida com a nação opressora necessariamente coloca a expropriação sem indenização e a nacionalização dos monopólios internacionais

Que as manifestações do dia 7 de setembro convocadas para responder aos ataques dos Estados Unidos e defender a soberania nacional sejam o ponto de partida para constituir um poderoso movimento anti-imperialista

Que as organizações sindicais, populares e políticas que se reivindicam da classe operária e dos demais trabalhadores convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa do programa de reivindicações pelos empregos, salários e direitos e contra o intervencionismo dos Estados Unidos

7 de setembro de 2025

No início de agosto, Trump confirmou seu objetivo de submeter o Brasil à guerra comercial e aos ditames políticos do imperialismo norte-americano. Apesar de nosso país ter sido o mais atingido pelo tarifaço, os Estados Unidos visam disciplinar e submeter o conjunto da América Latina. São claros os interesses da burguesia e do Estado norte-americano quanto à proteção de sua poderosa economia, que se acha em declínio e em decomposição. Eis por que as medidas tarifárias de Trump têm sido dirigidas a praticamente todos os países, incluindo as próprias potências europeias. É sintomático que o Brasil, a Índia e a China são os

países sobre os quais os Estados Unidos descarregam o maior bombardeio comercial.

É visível que no fundo o governo norte-americano está em franca guerra comercial com a China. O desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela China desde o final da década de 1970 - impulsionadas pelo processo de restauração capitalista - se choca com o amplo controle da economia mundial obtido pelos Estados Unidos como o grande vencedor da Segunda Guerra Mundial. Para a economia chinesa se colocar no patamar da segunda potência internacional, foi inevitável que as economias

norte-americana, europeia e japonesa perdessem força e retrocedessem. Esse fenômeno constata que as forças produtivas na época do imperialismo não têm como dar um salto em seu desenvolvimento geral. O atraso econômico da China, submetido aos marcos do “socialismo em um só país”, pôde ser utilizado por um período pelo capital internacional, que se apropriou dos avanços da restauração capitalista.

Desde a crise de 2008, as potências dominantes não puderam recuperar e impulsionar suas economias. Ao contrário, a China manteve sua ascensão ainda que reduzindo o alto nível de crescimento do PIB. Os primeiros sinais de que os Estados Unidos teriam de sair a campo com a guerra comercial apareceram no governo de Barack Obama, em 2010, quando se configurou a orientação consubstanciada na “Estratégia de Segurança Nacional”. Nesse momento, os democratas reagiam à ascensão da China, quando os Estados Unidos se batiam com um grande déficit comercial e acusavam o governo chinês de se lançar à modernização militar. O fato da China não se tornar uma semicolônia dos Estados Unidos, como se esperava com o programa de restauração capitalista, o impulso extraordinário de suas forças produtivas internas colocou em rota de colisão os dois países.

Trump, sucedendo Obama, traçou o curso da guerra comercial. Em seguida, o governo democrata de Joe Biden reconheceu a China como a grande concorrente mundial. Momento em que recrudesce o antagonismo dos Estados Unidos e da China em torno a Taiwan. A guerra comercial deixou transparecer as relações de força que implicam a escalada militar.

O Brasil ganhou com o processo de restauração capitalista chinês, uma vez que se tornou um grande fornecedor de matérias-primas e de produtos agroindustriais. Os Estados Unidos foram deslocados, passando ao segundo lugar na relação comercial com o Brasil e com a vantagem de serem superavitários. Esses novos laços comerciais-econômicos colocaram a economia brasileira no centro da guerra comercial dos Estados Unidos com a China, considerando que o Brasil é a maior economia latino-americana, ao lado do México e Argentina. Em particular, o solo brasileiro abriga fartos recursos minerais e energéticos, dos quais os Estados Unidos é um dos países mais dependentes. A Venezuela se tornou um alvo do imperialismo norte-americano, sobretudo, por estar de posse da maior reserva petrolífera mundial. As gigantescas tarifas impostas ao Brasil são reflexos de uma guerra comercial mais ampla, que envolve as riquezas naturais.

Trump vem se utilizando matreiramente do caso Bolsonaro como máscara dos objetivos estratégicos sensíveis às necessidades da economia norte-americana. O mesmo se pode dizer do movimento trumpista em torno aos carteis de narcotráfico. É imprescindível demonstrar e compreender os fundamentos econômicos e históricos da atual guerra comercial e da escalada bélica em curso. Não há dúvida de que a guerra na Ucrânia e a ocupação militar da Faixa de Gaza pelo Estado sionista de Israel evidenciam o desmoronamento da ordem mundial estabelecida sob a hegemonia norte-americana do pós-Segunda Guerra. O protecionismo dos Estados Unidos implica barrar as forças produtivas que emergiram na China.

A resposta do governo Lula com o Plano Brasil Soberano ao protecionismo trumpista se limita à defesa dos interesses particulares das empresas exportadoras. Não pode ser confundido como se fosse um instrumento de defesa da economia nacional. Essa burla tem sido utilizada pelo governo e Congresso Nacional. Não será aumentando a carga da dívida pública e assim favorecendo o capital financeiro que o país reagirá à altura do brutal ataque do imperialismo. O financiamento por parte do Estado da queda nas exportações para os Estados Unidos agrava a crise econômica interna. De forma que o Plano Brasil Soberano é a demonstração de incapacidade do governo de contrapor-se ao imperialismo com medidas de estatização e nacionalização das multinacionais norte-americanas.

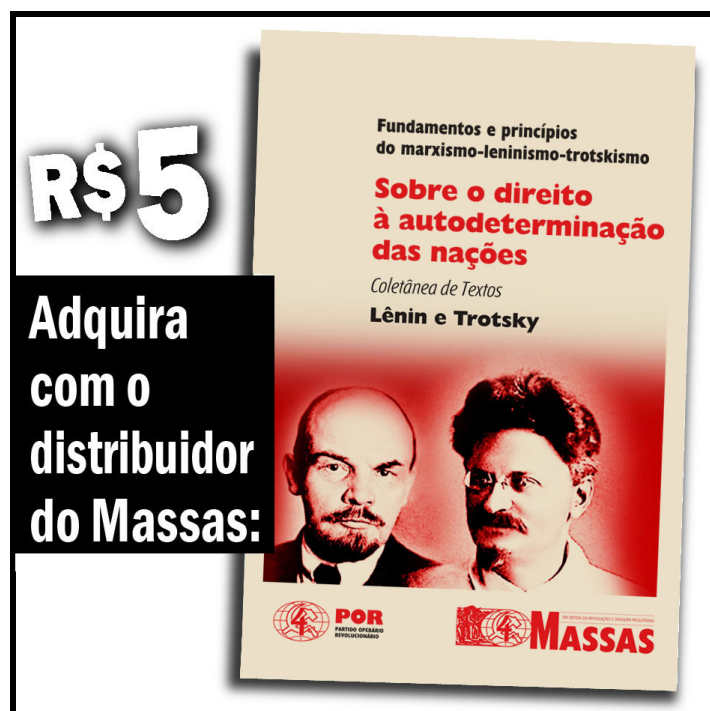
Uma das consequências dessa incapacidade é a de descarregar os efeitos negativos sobre a classe operária e os trabalhadores em geral. Os capitalistas exportadores correram a demitir e a exigir do governo um plano de flexibilização da jornada de trabalho, como o governo Bolsonaro fez no período da pandemia. O subsídio de R\$ 30 bilhões calculados como ajuda aos exportadores não garantirão os empregos e a estabilidade. Tudo indica que a economia como um todo será atingida mais rápido do que se imagina. As centrais e sindicatos que correram a apoiar cegamente do Plano Brasil Soberano não fazem senão ocultar a impotência do governo de erguer o país contra os ataques dos Estados Unidos e em defesa da real soberania nacional.

Nesse 7 de setembro, convocado pelas centrais e movimentos como “Dia Nacional de Mobilização – Brasil Soberano”, a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida devem se colocar pela constituição da frente única anti-imperialista. É preciso denunciar que o Plano Brasil Soberano não é uma resposta aos Estados Unidos que atentam contra a soberania nacional. Os manifestantes tomarão a dianteira da luta anti-imperialista, se levantarem as bandeiras de expropriação e nacionalização do capital norte-americano, controle operário da produção, defesa incondicional da Venezuela e Fora os Estados Unidos da América Latina. Esse é o verdadeiro conteúdo da soberania nacional.

As centrais, sindicatos e movimentos devem convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestação de rua, sob as bandeiras de soberania nacional, defesa das condições de vida e trabalho dos explorados e por um programa de expropriação e nacionalização do capital imperialista. Um Dia Nacional de Luta pelo fim da intervenção dos Estados Unidos na América Latina. Um Dia Nacional de Luta pelo fim imediato do genocídio na Faixa de Gaza e por uma paz sem anexação para pôr fim à guerra na Ucrânia. Um Dia Nacional de Luta pela unidade da classe operária sob o programa da revolução social, contra a escalada militar e as guerras de dominação.

O Partido Operário Revolucionário (POR) convocou os explorados para a manifestação de 7 de setembro guiado pelo objetivo de organizar a frente única anti-imperialista, independente dos governos e de qualquer partido da burguesia.

Nossa tarefa estratégica: derrotar o imperialismo com o programa e os métodos de luta da classe operária!



R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos
Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

Intervenção do POR no 31º Grito dos Excluídos e nos atos das centrais, sindicatos e movimentos

São Paulo

Com atos passivos e bandeiras distracionistas, não se defende o programa de reivindicação dos explorados

No dia 7 de Setembro, o POR esteve presente, na Praça da Sé, no Grito dos Excluídos. Esse é um ato organizado por diversas pastorais que surgiu em contraponto ao Grito da Independência comemorado na data. Nesse ano de 2025, marcado pela forte disputa política entre Lula e Bolsonaro, o ato se deu no mesmo dia e horário do outro ato organizado pelas centrais, sindicatos e movimentos, criando uma divisão. Apesar de atos separados, na maioria das falas que ocorreram no Grito a consigna do “Sem Anistia” estava presente, mesmo tema do ato da Praça da República. Isso piora a situação já que não haviam divergências políticas entre as organizações dos dois atos tornando desnecessária a divisão.

Um ato cuja política é marcada por exigências ao governo Lula para, de fato, apoiá-lo, acaba caindo na passividade: deixa o movimento aguardando uma ação que virá do governo burguês. Ficou transparente que a bandeira de condenação da anistia está determinada pela disputa eleitoral.

O ato começou na Praça da Sé com falas das organizações pastorais e uma apresentação cultural, com o intuito de seguir caminhando em direção à República, para se encontrar com o segundo ato, com pausas para falas dos partidos e organizações políticas ali presentes. A ideia original de deixar as falas no caminho até a República demonstrava problemas, já que a região fica deserta aos finais de semana e feriados, então elas seriam apenas para os manifestantes. A situação se agravou quando o carro de som ficou com problemas técnicos e não pôde mais ser utilizado. Por conta disso, as falas do ato foram realizadas sem amplificadores, apenas no vocal, e para poucas pessoas.



O POR trouxe a bandeira de uma frente única anti-imperialista em sua fala e seu manifesto. É preciso lutar com as nossas próprias forças contra a intervenção dos EUA no Brasil. Não podemos confiar nas instituições burguesas para julgar os crimes de Bolsonaro e dos outros que participaram da tentativa de golpe do dia 8 de Janeiro.

Pronunciamento do POR no 31º Grito dos Excluídos

Companheiros, o Partido Operário Revolucionário está presente aqui à manifestação do Grito dos Excluídos, no 7 de setembro. Nós estamos participando das duas manifestações em São Paulo, na Praça da Sé e na Praça da República. O POR está realizando um chamado às centrais, aos movimentos, aos sindicatos, às organizações de esquerda, aos organismos de luta dos explorados, para que se forme uma frente única anti-imperialista, como uma resposta à agressão imperialista, em particular à agressão dos Estados Unidos à Venezuela, mas que compreende também a luta em defesa dos palestinos em Gaza, a luta contra as guerras de dominação, como é o caso da Ucrânia.

É essencial fazer a ligação dessa plataforma de luta anti-imperialista com a defesa das reivindicações elementares das massas, com a defesa dos empregos, salários e direitos. É com esse programa, que é um programa de independência de classe, de resposta ao imperialismo, que nós, do POR, estamos hoje ocupando as ruas. Viva a luta dos trabalhadores! Viva o Grito dos Excluídos!

São Paulo

Ato da República sob o slogan “O Brasil é dos brasileiros” e pela condenação de Bolsonaro

A manifestação convocada pelas centrais, sindicatos, movimentos populares e partidos de centro-esquerda e esquerda não conseguiu mobilizar a classe operária e as amplas camadas dos oprimidos. Foi um ato de 10 mil pessoas, muito aquém da manifestação de 30 de março na Paulista contra as tarifas de Trump, que reuniu 30 mil.

A ausência da classe operária chamou a atenção. Mostrou o bloqueio das direções sindicais a uma mobilização massiva a partir dos locais de trabalho. As centrais compareceram apenas com um punhado de trabalhadores uniformizados com os coletes e bandeiras de suas respectivas centrais. Foi o que ocorreu com a Força Sindical, UGT, CUT, sobretudo. A CSP-Conlutas não



conseguiu trazer os operários de seu Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos. Tratou-se, assim, de um protesto marcadamente dos movimentos sem-teto, sem-terra e de setores da classe média arruinada.

A UNE, que fez uso da palavra no carro de som, não organizou os estudantes a partir das escolas e universidades. A Apeoesp, que havia convocado uma reunião do Conselho de Representantes na véspera do 7 de setembro, também não conseguiu trazer para o ato uma forte coluna de professores, limitando aos balões e às participações individualizadas.

No carro de som, discursaram os dirigentes das centrais e movimentos alinhados à governabilidade de Lula. O ato foi aberto com a intervenção da deputada do PT e vice-presidente da Apeoesp, Maria Izabel, que foi seguida por um conjunto de dirigentes sindicais, deputados e Ministros do governo Lula, entre eles Paulo Teixeira (Ministro do Desenvolvimento Agrário) e Luiz Marinho (Ministro do Trabalho).

Entre os discursos inflamados estavam o de Boulos (PSOL), Gilmar Mauro (MST) e do presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre. Todos voltaram suas críticas à intervenção de Trump com a elevação das tarifas e à anistia a Bolsonaro e aos demais golpistas. Exaltaram a defesa da soberania nacional, vinculada à reeleição de Lula em 2026.

Não houve nenhum chamado a novas manifestações. Muito menos o de organizar um movimento contra o fechamento de fábricas e demissões, causadas pelo tarifaço. As bandeiras de escala 6X1 e isenção do imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil ficaram secundarizadas. Dirigentes das centrais anunciaram que iriam à Bélgica se reunir com a Secretaria Geral da OMC para levar um relatório das consequências das tarifas sobre a economia e os empregos no Brasil. Como se fosse possível levantar um movimento contrário às tarifas a partir da OMC. Por outro lado, o que houve foram falas despolitizadoras conclamando a “ascender a churrasqueira” para comemorar a prisão de Bolsonaro.

O POR interveio erguendo a bandeira da Frente Única Anti-Imperialista, distribuindo o Manifesto, expondo sua banca de materiais, que incluíam o Jornal Massas e o Boletim do Comitê de



Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). Entoou palavras de ordem em defesa da constituição da frente única anti-imperialista para responder aos ataques de Trump e defender a soberania nacional, baseada no programa de reivindicações da classe operária e nos métodos da luta de classe, que soavam por meio de uma caixa de som. Um dos camaradas também fez uma pronunciação, que reproduzimos abaixo.

O protesto extremamente limitado mostrou a negação das direções em mobilizar os explorados em geral. Revelou, também, o quanto ainda os oprimidos se encontram arrastados pela força política e religiosa da ultradireita bolsonarista, que no estado de São Paulo é potenciada pelo governador Tarcísio de Freitas.

Pronunciamento do POR

Saudações camaradas, nós estamos aqui participando dessa importante manifestação, convocada pelas centrais sindicais e pelas grandes organizações de



massa, em defesa da soberania nacional. Nós entendemos que a defesa da soberania nacional é uma bandeira extremamente importante nesse momento, quando o imperialismo está avançando e está atacando a América Latina. E o imperialismo está atacando a América Latina em duas frentes: por um lado, o imperialismo avança sobre a América Latina economicamente, com as taxações que estão sendo impostas ao Brasil e outros países - o Brasil está sofrendo com 50% de taxação; os Estados Unidos e o imperialismo avançam também em outra frente, que é a frente militar, avançando com seus canhões, com seus navios, com seus caças na região do Caribe e da Venezuela.

O imperialismo está avançando sobre a América Latina e a nossa tarefa é responder com a defesa da soberania nacional. No entanto, existem duas políticas para defender a soberania nacional nesse momento: uma política é a da frente ampla, do governoismo, que está sendo levantada e puxada pelas direções sindicais; e a outra política é a classista e revolucionária, do proletariado. Qual é a diferença entre essas políticas? O governo de frente ampla não é capaz de defender a soberania nacional, isso por que está atrelado à burguesia nacional e aos setores ligados ao imperialismo. Basta ver que o governo lançou o pacote "Brasil Soberano", o qual defende os capitalistas e não os trabalhadores, não defende a classe operária. Os operários estão sendo demitidos nas fábricas, enquanto os capitalistas estão resguardados. Para defender a soberania nacional e combater o imperialismo, nós defendemos a política da frente única anti-imperialista, que vai unificar os trabalhadores, os explorados, não só do Brasil, como da América Latina toda. Essa é a linha proletária.

E, por fim, camaradas, se no Brasil o cenário nacional é trágico, internacionalmente não é melhor, porque o que nós estamos vendo é um massacre, um genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza; é a guerra na Ucrânia, que já dura 3 anos; é um levante na Indonésia; na África tem diversos conflitos; então, o cenário internacional é de barbárie e de conflito. Por isso, a bandeira da frente única anti-imperialista, nesse momento, é a única capaz de unificar os explorados não só do Brasil e da América Latina, como do mundo todo. Essa é a linha proletária que o POR está trazendo para essa manifestação. Por uma frente única anti-imperialista, para combater os Estados Unidos e a sua ofensiva contra todos os países e todos os povos oprimidos do mundo.

São Paulo

Litoral Norte

A manifestação do “Dia dos Excluídos”, ocorrida em São Sebastião, litoral norte do São Paulo, reuniu partidos políticos (POR, PT e outros), Sindicatos (SINDPETRO, SINDCARAGUATATUBA, SINSPREV VALE DO PARAÍBA), CUT e Movimentos sociais da região (MAB, IFSP, sobretudo). Diferentemente do ano passado, que foi marcada pela repressão policial, ocorreu de forma pacífica e por uma certa “unidade” dos participantes, que cainham pela Avenida da Orla da praia com faixas, cartazes, pirulitos e palavras de ordem do movimento.

Com antecedência, foram feitos ofícios para as autoridades informando sobre a manifestação e que seria feita uma passeata ao final do desfile oficial. Após a passeata, houve a concentração na Praça do Coreto, em frente à igreja Matriz e Câmara dos Vereadores, onde os participantes puderam fazer suas falas e exposições políticas.

Diferente também foram as reuniões para organizar o ato, que passaram a ser de forma híbrida (presencial e virtual), com a participação de membros da organização nacional do “plebiscito popular”. Antes, as reuniões eram apenas presenciais, organizadas pelo Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte de São Paulo, onde se tiravam as propostas, como a elaboração do manifesto de convocação pelo conjunto das organizações, propostas de palavras de ordem, rodagem de material, camisetas, carro de som etc. Apesar de ter alcançado uma certa unidade na organização e realização da manifestação, verificou-se uma disputa aparelhista entre as principais correntes que dirigiram o movimento. Verificou-se também que a todo momento se procurou levantar bandeiras eleitoreiras, já visando as eleições presidenciais que se aproximam.



Desta forma, não houve a possibilidade de apresentação e elaboração de um manifesto cujo conteúdo expressasse a necessidade de que o Dia dos Excluídos deveria expressar e levantar as bandeiras de luta da classe operária e demais explorados, como a independência política da classe operária dos patrões e governos, o método da ação direta, como as greves, manifestações de rua, ocupações, o internacionalismo

proletário, etc. Até mesmo a proposta de um chamado para o ato, assinado pelos partidos e organizações, acabou não sendo feita, segundo informação publicada, por problemas técnicos. Portanto, não houve um manifesto conjunto, e sequer uma convocatória para ser distribuída nos locais de trabalho, escolas etc.

O POR atuou intensamente no ato e em sua organização. No dia, com banca, distribuição do Manifesto do partido e fala. Fez a defesa das condições elementares dos explorados, a necessidade de usar os métodos de luta da classe operária, levantou as palavras de ordem durante a manifestação. Denunciou que o imperialismo é o principal responsável pelas guerras de dominação expansionistas por toda a Eurásia, responsável pelo genocídio do povo palestino e pela fome de milhões de pessoas. Denunciou que os ataques recentes do imperialismo norte-americano ao Brasil e à Venezuela são violações inaceitáveis da soberania dos países semicolônias. Fez o chamado para que a maioria oprimida se levante contra a opressão, a fome e a miséria através da formação da Frente Única Anti-imperialista. Fez, também, o chamado para que as organizações dos trabalhadores se unam em torno à convocação de Um Dia Nacional de Luta, para expulsar o imperialismo norte-americano do Brasil e da América Latina.

Minas Gerais

No dia 7 de setembro, Belo Horizonte voltou a ser palco de uma das maiores mobilizações populares, reunindo cerca de 10.000 pessoas no Grito dos Excluídos. Em sua 31ª edição, o ato teve como tema “Cuidar da Casa Comum e da Democracia é Luta de Todo Dia” e reafirmou o lema histórico que ecoa há três décadas: a vida em primeiro lugar.

A concentração ocorreu na Praça Raul Soares, de onde os manifestantes seguiram em caminhada pelas ruas da capital mineira. O protesto contou com apresentações musicais, momentos de mística e atividades culturais e políticas. As direções das centrais sindicais participaram, principalmente da CUT e CSP-Conlutas, parlamentares dos partidos de esquerda etc. O POR interveio com a venda de Jornais e debatendo com militantes presentes.

Críticas às privatizações propostas pelo governo Zema (Novo) e a defesa do povo palestino também estiveram presentes na manifestação. No carro de som, predominou a luta ambiental e a defesa da democracia como palavra de ordem central. A maior parte da esquerda insistiu no “fortalecimento do parlamento, na necessidade de reforçar o projeto, contra a escala 6x1, da defesa da democracia contra as forças golpistas e da soberania nacional diante dos ataques de Trump”. O Grito, segundo seus dirigentes, reafirmou que “democracia não é apenas um regime político: é participação, é voz para os silenciados, é o direito de decidir sobre

o presente e o futuro do Brasil”. Outros dirigentes insistiram na “necessidade do Brasil romper relações com Israel”.

A atuação do Partido Operário Revolucionário esteve voltada à defesa da frente única anti-imperialista, assinalando que o governo Lula é incapaz de defender a soberania nacional, porque não é capaz de romper com o imperialismo. A aprovação do Plano Brasil Soberano de R\$ 30 bilhões é de ajuda aos empresários atingidos pelas tarifas de Trump. Somente a classe operária organizada, com seus métodos próprios de luta pode defender a soberania do Brasil.



Rio de Janeiro

Ato do 7 de setembro é marcado pelo governismo

No último dia 7 de setembro, aconteceu a tradicional marcha do Grito dos Excluídos na Presidente Vargas no Rio de Janeiro. Convocado pelas bases do governismo, o ato ficou marcado por apelos pela prisão de Bolsonaro além de gritos pela não anistia dos presos do 8 de janeiro.

As poucas falas que defendiam a soberania nacional, diante da escalada imperialista, ainda depositavam esperanças vazias no governo frente aos ataques do governo Donald Trump. Compreendemos que o governo federal, enquanto subserviente da burguesia nacional e internacional, é incapaz de dar uma resposta aos ataques imperialistas contra a soberania nacional.

Apesar do tom governista do ato, o POR pôde atuar com seus manifestos e bandeiras, onde defendeu que as centrais sindicais, movimentos sociais e estudantis convoquem um Dia Nacional de Luta, para conter os ataques do imperialismo e constituir uma frente única anti-imperialista.

Rondônia

Em Porto Velho, o Grito dos Excluídos repetiu o lema da campanha das pastorais católicas “Cuidar da Casa Comum e da Democracia é luta de todo dia” e se concentrou na praça da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

O ato limitou-se a organizar uma atividade onde compareceram aproximadamente umas 70 pessoas entre dirigentes sindicais e bases dos movimentos sociais como os jovens do Levante Popular da Juventude, CUT, MAB, indígenas e algumas pastorais.

No ato, foram coletadas assinaturas para o Plebiscito Popular

Ceará

Ato sob a bandeira da disputa interburguesa

O 31º Grito dos Excluídos reuniu 2.000 manifestantes na praia do Futuro. O Grito dos Excluídos de 2025, tradicionalmente organizado pelas pastorais da Igreja e movimentos sociais, ocorreu dia 07/09 pela manhã no bairro Vicente Pinzón e reuniu comunidades, juventude e algumas bases sindicais. O ato se concentrou na Praça da Paz Dom Helder Câmara e seguiu em marcha pela Avenida Dioguinho até a comunidade Raízes da Praia.

Algumas correntes, como a UP, e sindicatos importantes, como Apeoc, estiveram ausentes. A presença de muitos parlamentares relevou o uso eleitoral do ato. Na manifestação predominou a linha de apoio ao governo, que se expressou nas palavras de ordem de “Sem Anistia” e “Prisão para Bolsonaro”, parte da disputa interburguesa com a ultradireita bolsonarista. A palavra de ordem de “Fim da escala 6x1” foi defendida pelos setores mais classistas do ato e também teve projeção.

O POR esteve presente no Grito com sua militância e interveio com banca, bandeiras e seu Manifesto em defesa da frente única



que acontece em todo país com o objetivo de realizar uma consulta acerca da redução da jornada de trabalho, o fim da escala 6x1 e o imposto aos super ricos. No decorrer do ato, as falas foram contra a anistia aos golpistas.

O POR interveio com distribuição do Manifesto nacional e com fala, chamando todas as organizações a constituírem a Frente Única Anti-imperialista para combater de conjunto todas as medidas do imperialismo que atingem o Brasil e a América Latina, destacando as ações dos Estados Unidos sobre a Venezuela.



anti-imperialista. Integrou o bloco classista com o PCBR e FOB. O PSTU, mesmo presente no ato, optou por não compor a unidade, expondo sua conhecida faceta divisionista.

O grito dos excluídos foi importante como atividade de frente única de massas numa conjuntura marcada pela ofensiva da burguesia e do imperialismo sobre as conquistas sociais e econômicas dos explorados.

A tarefa da vanguarda combativa é lutar pela independência de classe dos trabalhadores. É preciso exigir das Centrais e sindicatos que rompam com o governo e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para defender as condições de vida das massas e revogação das contrarreformas.

Rio Grande do Norte

A classe operária esteve ausente do Grito dos Excluídos

O ato de 7 de setembro, em Natal, ocorreu com concentração na Praça das Flores e a marcha pela Praia do Meio. Neste ano, o local de concentração esteve cercado pelo aparato do desfile militar, que estendeu seu percurso em relação aos anos anteriores.

O ato contou com as várias organizações sindicais (CUT, CTB, Intersindical, CSP-Conlutas, SindBancários, Sinte-RN, Sindsaúde etc.), partidos, como PT, PSOL, PSTU, PCBR e o POR, e o movimento por moradia dirigido pelo PSB, o MLMP. Estiveram ausentes o MRT, e também o Movimento de Lutas nos Bairros (MLB) e a organização que o dirige o PCR/UP/Correnteza, por estarem iniciando a ocupação Palestina Livre em um prédio público abandonado.

O ato contou com cerca de 400 pessoas. As intervenções colocaram a questão da soberania nacional, fim da escala 6x1 e a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e taxa dos super ricos. O PT procurou se mostrar como defensor do patriotismo, diante da ultradireita que se mostra como abertamente pró-EUA.

O POR atuou com manifestos e intervenção no carro de som, denunciando a intervenção imperialista sobre a Venezuela, o avanço do armamentismo, a necessidade de constituir a frente única anti-imperialista, e de organizar luta nacional contra a escala 6x1, pela redução da jornada sem redução de salários e a defesa do salário mínimo vital, a partir da organização do Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como primeiro passo para a construção de uma greve geral.

Pernambuco

Grito dos excluídos teve clima festivo e alinhado ao governismo

Seguindo a agenda nacional, o Grito dos Excluídos ocorreu em Recife às 9h, com concentração no Parque 13 de Maio. Pela primeira vez, em muitos anos, as forças sindicais e partidos políticos demonstraram sua força e lotaram as ruas da cidade. Os carros de som guiaram os manifestantes por trechos das maiores avenidas do centro. Apesar do ato massivo, a atividade manteve-se em clima festivo e carnavalesco durante toda a duração, contando com marchinhas, cirandas e bandas. Havia um forte alinhamento com Lula e seu governo, expresso nas camisetas e cartazes.

Participaram do Grito dos Excluídos: POR, PT, PSTU, PCBR e suas respectivas juventudes, diversos coletivos de bairro, pastorais sociais, movimentos sociais da luta pela terra e pela moradia, coletivos indígenas e sindicatos, apesar da maioria ter sido representado apenas por suas lideranças. A UP e suas entidades estudantis e populares fizeram ações em separado, de ocupações urbanas. No Recife, ocuparam um terreno batizado como ocupação Gregório Bezerra Palestina Livre.

Das entidades sindicais, somaram ao ato a CSP-Conlutas, CUT, Simpere, Sintepe, Sinpol, Sinproja, Adufepe, Aduferpe, Sindmetro, Sindmetal e também o Sindsprev e Simpere, que estavam em greve até pouco tempo. As reivindicações dos trabalhadores, porém, ficaram em último plano, em detrimento da polarização política entre Lula e Bolsonaro. Militantes isolados do PSOL e REDE também participaram. A forte presença das direções sindicais revela os primeiros indícios de preparativos para as eleições em 2026, em apoio ao governo Lula. Nas falas, o foco continua sendo a prisão de Bolsonaro e contra a anistia dos envolvidos na tentativa de golpe no início de 2023 e, agora, à soberania nacional, devido aos ataques de Trump. As menções às pautas do plebiscito popular, de fim da escala 6x1 e isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$5mil foram bastante marginais, indicando que essa ação não ultrapassou os limites das ilusões na institucionalidade.

O POR conseguiu formar um bloco junto ao Comitê de Solidariedade à Palestina, Resistência Popular e independentes. E nossa camarada do POR foi indicada pelos demais companheiros a realizar a fala em nome Comitê, revelando a confiança política em nossa atuação. As falas foram restritas, definidas nas reuniões preparatórias, dessa forma, o POR não teve condição de uma fala própria. A formação do bloco foi importante para fortalecer o



Comitê e chamar a atenção de mais pessoas que simpatizam com a causa da Palestina.

Atuamos com a distribuição dos manifestos e banca, com exposição de livros, novos folhetos e jornais. O Grito dos Excluídos chama a atenção pelo retorno positivo dos manifestantes com a banca do POR devido, principalmente, a forte participação de pessoas mais velhas, alguns participaram das grandes manifestações nas décadas de 1970 e 1980 e ainda têm uma cultura política de aquisição de materiais políticos. O POR era a única organização presente com a banca de materiais políticos. Chamou-se a atenção de que durante toda a caminhada não houve palavras de ordem sendo puxadas, com exceção da camarada do POR, que destacou a importância de defendermos a Palestina com mecanismos ativos e não apenas de forma passiva e destacou a necessidade da luta anti-imperialista.

O Grito dos Excluídos, em sua 31ª edição, expressa as mudanças pelas quais as organizações sindicais, populares e estudantis passaram nas últimas décadas. Nos anos 1990, a manifestação “invadia” o desfile cívico, enfrentando a repressão policial. Depois passou a ocupar a retaguarda do desfile, de forma muitas vezes pactuada. Sob os governos petistas, nos anos 2000 em diante, os atos passaram a ser realizados em outros locais, em geral esvaziados por conta do feriado da independência. O

caráter festivo, portanto, expressa a trajetória de estatização e burocratização das organizações de massa.

Em nome do Comitê de Solidariedade à Palestina, uma camarada do POR fez o pronunciamento, de acordo com o conteúdo geral estabelecido pela organização. A militância do POR se destacou na manifestação com as bandeiras, o Manifesto e a faixa de defesa da Frente Única Anti-imperialista.

Pronunciamento do Comitê

Bom dia, faço essa fala em nome do Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco. É necessário que todos nós unamos nossas forças e nossas vozes em defesa do povo palestino. Eu convido cada um e cada uma a gritar comigo: “Estado de Israel estado assassino e viva a luta do povo palestino!”. Nesse momento, mulheres, crianças e idosos na Palestina estão sendo assassinados, há um genocídio em curso, com o objetivo de roubar as terras desse povo originário, assim como roubaram aqui no Brasil a terra dos povos indígenas. Como falar de independência e soberania quando é negado a esse povo ter o seu Estado? Quando é negado a esse povo viver nas terras em que nasceu? Por isso nós do Comitê de Solidariedade à Palestina que estamos aqui com o bloco com os companheiros do Partido Operário Revolucionário, da Resistência Popular, metroviários, estudantes nós estamos aqui para convidar vocês a somarem esforços. É necessário lutar pra acabar com esse genocídio.

Nesse momento, cerca de 500 companheiros corajosos estão cruzando os oceanos e mares pra quebrar o cerco à Gaza, mas eles sozinhos não vão conseguir não. Cada central sindical, cada sindicato, cada movimento popular precisa redobrar os esforços pra interromper esse genocídio.

Rio Grande do Sul

7 de Setembro em Porto Alegre esteve sobre a base do eleitoralismo, em “defesa de soberania” e críticas à anistia aos golpistas

Ato reuniu partidos de esquerda, PT, PSOL e movimentos sociais em defesa da soberania brasileira. O evento iniciou no parque Redenção pela manhã e seguiu em caminhada até o Largo dos Açorianos, na área central. Os participantes denunciaram a articulação de partidos de direita no Congresso Nacional para aprovar manobra política que resultaria na anistia de presos e investigados pelos atos golpistas

A mobilização fez parte de uma articulação nacional que ocorreu em diversas capitais e cidades do interior, conectando o Grito dos Excluídos, organizações em defesa da democracia, da soberania e de direitos sociais

Durante o ato, a deputada estadual Sofia Cavedon (PT) afirmou que a sociedade não pode aceitar ameaças à democracia e nem tolerar a impunidade. “O Congresso não respeita o povo, mas vai aprender a ouvir o povo. Queremos as instituições e a Justiça se impondo aos golpistas” declarou.

O repentino giro dos parlamentares petistas em direção ao “povo”, embora extremamente limitado, se deve à convocação feita pelo presidente Lula, na quinta-feira, 4, em Minas Gerais: “Se for votar no Congresso, nós corremos risco da anistia. O Congresso tem ajudado o governo. O Congresso aprovou quase tudo o que o governo queria, mas a extrema direita tem muita força ainda. Então, é uma batalha que tem que ser feita também pelo povo...”, afirmou o presidente da República. Trata-se, como se vê, de uma reação institucional tentando instrumentalizar “mobilizações

A luta em defesa do povo palestino é uma luta anti-imperialista. Por isso: Fora Trump do Brasil e da América Latina e também da Palestina! Convidamos vocês a fortalecerem o comitê de solidariedade e exigir das suas entidades representativas que mostrem a sua solidariedade ativa, não basta a solidariedade em palavras e nas redes sociais. Exigimos que o governo Lula rompa todas as relações econômicas, diplomáticas e militares com Israel. Não é tolerável que durante esse genocídio, tenha aumentado a exportação de petróleo da Petrobras para Israel. Não é aceitável continuar vendendo aço para as armas israelenses. É inaceitável comprar as armas de Israel para matar a juventude pobre negra aqui no Brasil. Por isso: Fora Israel da Palestina e Fora Trump da América Latina!



populares” em torno aos objetivos eleitorais do governo.

O representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Rodrigo Callais, afirmou que “Hoje é dia de reafirmarmos a defesa da nossa soberania e da nossa democracia. Lula foi claro: nós não vamos voltar a ser colônia de ninguém. O povo brasileiro vai sair mais forte dessa tentativa de intervenção do imperialismo norte-americano”, deixando claro o vínculo das manifestações com a convocação feita pelo caudilho.

Para acomodar e conseguir o apoio de outras forças políticas e justificar o engajamento das centrais sindicais, foram acrescentadas bandeiras sociais como a defesa do fim da escala de trabalho de seis dias por um de descanso (6x1), a isenção do Imposto de Renda para os que recebem até R\$ 5 mil e a taxa progressiva, chegando aos mais ricos

Integrante do Levante Popular da Juventude (PT), Lucas Monteiro, explica que “Esse ano a gente está com duas pautas importantes: o plebiscito popular pela taxa dos superricos e o fim da escala 6x1”. O representante da CTB também disse defender as pautas do plebiscito popular, como o fim da escala 6x1, a redução da jornada sem corte de salários, a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxa das grandes fortunas.

A representante da Intersindical, Neiva Lazzarotto criticou a intervenção dos EUA. “Estamos nas ruas contra qualquer intervenção do imperialismo decadente norte-americano.

Precisamos derrotar a escala escravista, derrotar a direita e a extrema-direita. Sem anistia para golpistas, queremos ver Bolsonaro e seus generais na prisão”. Já o dirigente da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), Alexandre Nunes, criticou empresas multinacionais e o modelo de pejetização. “Trump está de olho na Petrobras, na Amazônia e nas terras raras. Quer intervir na política e tirar Bolsonaro da cadeia. Esse mesmo Bolsonaro responsável pelo genocídio na pandemia e pela reforma da Previdência. Hoje vemos empresas como Uber, Shopee e Mercado Livre lucrando com a pejetização e destruindo direitos históricos. Precisamos dizer: um Brasil soberano é um Brasil sem escala 6x1 e sem pejetização. Isso só será conquistado com unidade independente da classe trabalhadora”. Quer dizer, os dirigentes dessas centrais misturam a demagogia anti-imperialista – assemelhando-se ao Lula – com algumas reivindicações populares, sem, contudo, denunciar o pró imperialismo de fato do governo, sem responder com uma clara bandeira para enfrentar a escalada imperialista e nem chamar as massas a se insurgir contra o próprio governo que promove a deterioração das condições de vida prosseguindo com as reformas de Temer e Bolsonaro.

Quanto aos partidos, parlamentares gaúchos reforçaram as críticas das lideranças sindicais. A deputada estadual Sofia

Cavedon (PT) falou da importância da mobilização popular e da atuação dos partidos. Guiomar Vidor do PCdoB, alardeou a trajetória do partido na defesa da democracia e denunciou o que considera “... uma lei de impunidade”. Já Régis Mansur, do PSTU, defendeu a prisão imediata de Bolsonaro e golpistas, mas, cobrou independência diante do governo Lula: “A independência da classe trabalhadora diante de qualquer governo é o único caminho”. Só não explicou como teria que se conquistar essa “independência” nem o consuetudinário apoio eleitoral ao caudilho por parte do PSTU. O representante do PCBR, Júlio Neto questionou a soberania do governo e o vereador Pedro Ruas (Psol) defendeu que os julgamentos sobre a tentativa de golpe do 8 de janeiro devem resultar em “punições exemplares”. “Vamos mostrar que podemos não apenas condenar a direita, mas colocar a direita na cadeia”. Também participaram a deputada federal Maria do Rosário, o vereador Jonas Reis e o deputado Miguel Rossetto, do PT.

Tratou-se de uma manifestação dominada pela preocupação eleitoral do ano que vem, da qual participaram basicamente a militância das correntes e a burocracia dos movimentos e sindicatos. As bandeiras “sociais” entraram de recheio e a defesa da soberania ficou no formalismo ou no apoio às manifestações inócuas do Lula.

Campanhas do POR

Partido 



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Setembro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Nota do Boletim Nossa Classe - Paraná

Tarifaço de Trump é descarregado sobre a classe operária da indústria madeireira

A indústria madeireira gera por volta de 400 mil empregos diretos e indiretos no Paraná, incluindo os trabalhadores florestais e os que atuam em indústrias do segmento, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci). Recentemente, a Abimci publicou em nota que 90% da produção se concentra no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sobretudo em municípios de pequeno porte. Cerca de 50% dos produtos são exportados para os Estados Unidos.

A conta a pagar fica sempre para a classe operária. No dia 3 de setembro, a Indústria BrasPine, que fabrica produtos à base de madeira, demitiu cerca de 400 funcionários de Jaguariaíva e Telêmaco Borba - PR. Além disso, a empresa colocou mais de mil operários em regime de lay-off, com a justificativa fajuta de que a preocupação é garantir “vínculo empregatício preservado e benefícios mantidos, enquanto realizam capacitação profissional”.

É óbvio que a BrasPine utiliza o lay-off para suspender os contratos de trabalho temporariamente para depois mandar embora ou reduzir a carga horária de trabalho com redução de salário, a depender da conjuntura política e econômica. Independentemente das medidas tomadas, elas servirão integralmente aos interesses da burguesia do setor madeireiro. Inclusive o Tribunal Superior do Trabalho - TST, alinhado aos interesses estritamente burgueses, justificou que as empresas têm o direito à “redução do salário e jornada de trabalho, ou suspendendo temporariamente o contrato de trabalho”.

A indústria Millpar anunciou que irá fechar as portas da planta de Quedas do Iguaçu (PR). O sindicato afirma que já demitiram 130 trabalhadores. Millpar, anunciou também que a Unidade localizada em Guarapuava terá demissões em massa. Não há informações acerca do número de operários afetados.

Já a indústria Randa, localizada em Bituruna, no sul do Paraná, disse que dará férias coletivas para a totalidade dos trabalhadores, que somam 800, com a justificativa de que “50% da sua produção é exportada aos EUA e todos os pedidos foram cancelados por conta do tarifaço”.

Por fim, a indústria Sudati também anunciou demissão em massa. Com trabalhadores das fábricas localizadas em Ventania e Telêmaco Borba (PR).

A situação acima exposta demonstra a ampliação do desemprego no Paraná, o que exige dos sindicatos a organização dos trabalhadores em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende que os sindicatos assumam a organização dos trabalhadores desempregados e empregados das industriais citadas acima com o método da ação direta, ou seja, convocar assembleias operárias para deliberarem acerca de seus interesses, como ocupação das fábricas e greves. Esse é o caminho para lutar contra o desemprego e a flexibilização capitalista do trabalho. Contra as tarifas de Trump, é preciso que as centrais, sindicatos e movimento constituam a frente única anti-imperialista.

São Paulo - ABC

BASF Suvinil/Sherwin-Williams: o futuro não depende da boa vontade dos patrões, e sim da organização coletiva e de um sindicato independente e de luta

O Sindicato dos Químicos do ABC divulgou uma nota sobre a compra da Suvinil pela multinacional Sherwin-Williams, celebrando a estabilidade até 2027 e afirmando que “o futuro depende de nós”. Mas é necessário discutir com clareza: essa visão esconde riscos e contradições que a classe operária não pode ignorar.

Em discurso conciliatório, o sindicato coloca o futuro dos trabalhadores como se dependesse apenas de “mobilização responsável” e do “diálogo democrático” com a empresa. Mas quem conhece a realidade sabe: nenhuma multinacional respeita direitos por boa vontade. A Sherwin-Williams é uma gigante mundial do setor, e sua prioridade é maximizar lucros, cortar custos e aumentar a exploração.

A direção dos Químicos do ABC ressalta a estabilidade até 2027, mas admite que depois disso os empregos podem ser cortados. Fala em fortalecer a democracia nas relações de trabalho, mas

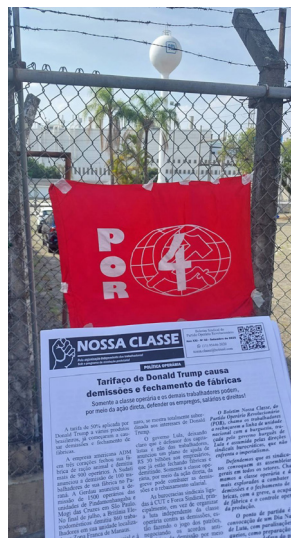
esconde o choque de classe entre patrões e trabalhadores.

A história mostra que em todo processo de fusão ou aquisição há reestruturações, demissões e retirada de direitos. Inclusive há um episódio recente, em que o próprio Sindicato dos Químicos permitiu a demissão de 50 trabalhadores da Vitopel/Oben em Mauá. Não será diferente, a menos que a classe operária se organize de forma independente, com assembleias, comissões de fábrica e disposição de luta.

O que os operários devem lutar pela independência do sindicato frente ao patrão. Deve mobilizar a base com assembleias sistemáticas para discutir cada passo da transição. Chega de confiar na boa-fé das multinacionais. É necessário que os operários preparem a luta e estejam prontos para responder com paralisações e greves, se houver ameaça aos empregos, salários ou direitos.

São Paulo - ABC

Distribuição do Boletim Nossa Classe na GM



Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe na General Motors de São Caetano um operário, antes de receber o Boletim, perguntou, apontando para a bandeira do POR que estava na banca de materiais “o Partido Operário Revolucionário defende o governo Lula?”. O militante porista respondeu que não. Explicou que o POR defende as reivindicações e a luta independente da classe operária, em relação a todos os governos burgueses. Defende um governo operário e camponês. Em seguida, o operário falou “então eu vou pegar o Boletim, porque a roubalheira está muito grande”. Certamente, referiu-se a roubalheira devido o escândalo do INSS.

O militante porista falou que os sindicatos foram criados pela classe operária como instrumento de luta independente, para defender os empregos, salários e direitos e combater a exploração capitalista. O militante concluiu dizendo ser um erro, por exemplo, a CUT apoiar o partido burguês do PT e o governo Lula; a Força Sindical apoiar o partido burguês do Solidariedade; a Conlutas dirigida pelo PSTU praticar a colaboração de classes no Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, ou seja, os burocratas sindicais de direita e de esquerda passaram a utilizar os sindicatos para defender seus próprios interesses econômicos e políticos. O operário falou que estava de acordo e informou que não importa quem estiver no governo, o sindicato deve ser independente.

O trabalho operário que o POR realiza na porta de fábrica é de extrema importância para combater política e ideologicamente a burguesia e seus partidos e ganhar a vanguarda mais consciente para construir as células operárias do POR.

Realizado o Encontro Operário em São Paulo

Em 30 de agosto, ocorreu o Encontro Operário do POR, que tem como objetivo construir as comissões de fábrica e oposições de luta, classistas e revolucionárias. Na primeira parte da reunião, discutiu-se a necessidade de fazer a campanha contra o fechamento de fábricas e as demissões, que já estão acontecendo como consequência do tarifário do governo Trump e da guerra comercial. Levantar a bandeira: fábrica fechada é fábrica ocupada! Defender a greve, com ocupação de fábricas e o controle operário da produção; lutar pela expropriação e estatização das multinacionais, sem indenização e sob o controle operário. Constituir a Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária para derrotar a ofensiva imperialista e defender a soberania nacional.

Na segunda parte, ocorreu a leitura do documento do partido sobre a contrarreforma trabalhista de Temer. Foram destacados os seguintes pontos: 1) a reforma trabalhista como exigência dos capitalistas; 2) a eliminação de conquistas históricas do proletariado contidas na CLT; 3) o duro ataque às negociações coletivas, na medida em que privilegia as negociações individualizadas e as fragmenta por empresa; 4) a prevalência do negociado sobre o legislado; 5) a legalização da flexibilização capitalista do trabalho; 6) o avanço da terceirização para todos os setores, que inclui a produção. Portanto, um conjunto de medidas de ataque à força de trabalho e de garantia da lucratividade do patronato.

Como se vê, os brutais ataques aos direitos trabalhistas foram transformados em lei, a exemplo da terceirização, banco de horas, teletrabalho, redução de jornada, com redução de salários etc. Ou seja, legalizou-se os acordos que a burocracia sindical, vinculada à CUT, Força Sindical e CSP-Conlutas, já vinha realizando.

Como conclusão, foram discutidas duas linhas políticas opostas: 1) a das direções sindicais, que diante da reforma trabalhista foram incapazes de organizar a classe operária para responder com luta. Ao contrário, se limitaram aos discursos eleitores contra o governo Temer e alimentaram ilusões nas eleições burguesas; 2) a do POR, que travou uma luta contra a reforma trabalhista,

exigindo que os sindicatos convocassem as assembleias e organizassem as manifestações de rua para derrubar a contrarreforma trabalhista e a lei da terceirização.

Por fim, o Encontro Operário retomou a discussão em torno ao fortalecimento do Boletim Nossa Classe e a necessidade de construir as comissões de fábrica, bem como a oposição classista para recuperar os sindicatos como instrumento de defesa dos interesses da classe operária e dos demais explorados. O que implica fazer dos sindicatos instrumentos auxiliares da revolução social para pôr fim ao capitalismo e impor uma sociedade socialista.

■ Eleições de delegados para o XVIII Congresso da Apeoesp

A eleição de delegados para o Congresso inicia nas escolas, onde a cada 10 filiados ao sindicato tem direito a um pré-delegado. Após essa etapa, os pré-delegados devem participar dos Encontros Regionais para, de acordo com uma cota por região, serem eleitos os delegados. Trata-se de um processo burocrático, que impede que a base esteja presente no Congresso.

A Corrente Proletária interveio junto às escolas para a eleição dos pré-delegados e atuou no Encontros Regionais. Para isso, elaborou uma Tese, publicada como Tese 3, e fez campanha em torno dela. Como é extremamente difícil romper a barreira imposta pelo regimento do Congresso, as correntes se agrupam no momento da eleição de delegados. Assim, na maioria dos Encontros, os delegados foram eleitos sobre a base da Chapa 1 (PT, PCdoB, PSOL, PCB e outros aliados) e Chapa 2 (PSTU, POR, CST). Chamou a atenção o fato de Encontros Regionais, dirigidos por correntes do PSOL, utilizarem o mecanismo próprio da burocracia de impedir que correntes que não alcançaram 20% dos pré-delegados presentes serem impedidas de possuírem delegados ao Congresso, fato que ocorreu em Itaquera e Itapeçerica, sobretudo.

Eis a intervenção da Corrente Proletária.

Itapeçerica da Serra

Ex-oposição, agora Chapa 1, aplica o corte cutista e exclui a Chapa 2 do Congresso

O Encontro Regional (Pré-Congresso) na Subsele Itapeçerica da Serra aconteceu no dia 23 de agosto. Inscreveram-se 63 pré-delegados e houve a apresentação de duas Teses, a 3 – Corrente Proletária/POR, e a 14 – do “Fórum”. A Subsele tem o direito a 19 delegados, mais 1 membro da Diretoria Executiva (nato).

Ao final, a direção majoritária na Regional, composta pelas correntes Unidos pra Lutar, Apeoesp na Escola e na Luta (Analu) e FOS, que compuseram a oposição até a última eleição para a direção do sindicato, quando decidiram adentrar à Chapa 1 (capitaneada pela Articulação Sindical/PT), decidiram aplicar, de forma inédita, o corte cutista de 20% na aferição final dos votos, o que excluiu a Chapa 2, nessa eleição representada exclusivamente pela Corrente Proletária na Educação.

Trata-se de mais um passo no sentido da degeneração política dessas correntes. O fato de terem abandonado a oposição e aderido à chapa da burocracia sindical, utilizando à época a justificativa da unidade “para combater o fascismo”, está fazendo com que

assimilem a política e os métodos da direção corrompida, que eles tanto criticaram – corretamente – no passado. Não aplicar a proporcionalidade direta levou à exclusão da minoria, que teve cerca de 5% dos votos, que daria direito a 1 delegado.

À Chapa 2 cabe agora voltar às escolas, denunciar a atitude burocrática da frente Unidos-Analu-FOS, e aperfeiçoar o seu trabalho de base, que é a única maneira de enfrentar a degeneração política dessa direção. Trata-se, na verdade, da tarefa de construção das frações revolucionárias no interior dos organismos de massas dos explorados, como parte da luta mais ampla pela superação da crise de direção revolucionária.

Oeste-Lapa

Vergonhosa manobra do Resistência-PSOL, PCB e PT

No dia 30 de agosto, ocorreu o Encontro para a eleição dos delegados. A região é constituída de 140 escolas, mas só podia eleger 34 delegados.

No início do processo, a Chapa 1 (Resistência - PSOL, PCB e PT) tentou um golpe: ganhar à força a maioria da comissão organizadora do Encontro Regional. Aproveitando-se de uma maioria pontual em uma reunião de representantes, colocou em votação uma proposta de que eles deveriam ter maioria na comissão. Para a Corrente Proletária, a maioria da comissão é da chapa vencedora das eleições, cujos nomes são submetidos à Reunião de Representantes de Escola. Posição que prevaleceu na constituição da Comissão, em função do recuo da Chapa 1.

Durante a eleição de pré-delegados, a disputa nas escolas foi terrível. Isso porque as atas, que são numeradas e enviadas por meio do correio pela diretoria do sindicato não chegam ou se perdem. O que torna possível a existência na mesma escola de duas atas. É comum a Chapa 1 preencher a ata com os nomes de seus candidatos e recolher rapidamente, como ocorreu na região. Foi o que ocorreu na E.E. Jair de Toledo, onde o professor que se identifica com a chapa 2 fazer todo o processo de coleta dos filiados e a ata aparecer com o nome preenchido da representante da chapa 1, para citar apenas um exemplo. Essas manobras ocorrem porque o Congresso tem de ter maioria de delegados da chapa 1.

Além disso, a Chapa 1 adotou mais duas práticas danosas: 1) inscrição massiva de aposentados, aproveitando-se de uma brecha regimental, na qual um aposentado vale o mesmo que 10 professores da ativa; 2) inscrição de professores que lecionam na rede

municipal sem relação de militância com os professores da rede estadual. Com isso, inscreveram 38 aposentados e 16 professores da rede municipal.

Dessa forma, ao invés de utilizarem o Encontro como forma de mobilizar e aproximar a categoria da luta organizada, fecharam-se as portas do sindicato em nome da busca por delegados favoráveis à chapa 1. Assim, aumentou-se o fosso existente entre sindicato e base da categoria. Essa política burocrática foi e deve continuar sendo consistentemente combatida pelos militantes da Corrente Proletária.

No dia 30 de agosto, com a presença de 148 pré-delegados no Encontro, a discussão começou com o credenciamento dos aposentados: credenciá-los livremente ou de acordo com a proporcionalidade imposta aos professores da ativa? Coube à Corrente Proletária explicar que a situação era desproporcional: dois professores da ativa precisam comprovar 15 assinaturas por escola, enquanto um aposentado pode simplesmente se inscrever. Defendeu a democracia sindical, ou seja, o mesmo critério para as escolas e para os aposentados. Houve a votação de todos os presentes, que incluía os aposentados não credenciados. Dessa forma, venceu a chapa 1.

Mais uma manobra da Chapa 1

No dia 6 de setembro, a diretoria da Apeoesp convocou a reunião do Conselho Estadual de Representantes (CR), com dois pontos anunciados: 1) mudança no regimento do Congresso; 2) ato de 7 de setembro. Os demais pontos da pauta divulgada serviam para mostrar que a direção continua pressionando o governo Tarcísio.

Para surpresa, o CR foi aberto com a apresentação do recurso de um professor da subseção Oeste-Lapa, para que fosse credenciado como delegado ao Congresso. Recurso este rejeitado pela comissão regional, tendo em vista que o professor não foi eleito na escola, conforme estabelece o regimento do Congresso. Surpresa porque pela primeira vez um CR julga um recurso, que necessariamente tem de ser apresentado primeiro no Encontro Regional e depois ao Congresso. O estranhamento vai além, tendo em vista que o professor, que é membro da chapa 1, portanto do PT, não é conselheiro estadual. O CR não é o organismo para julgar recursos, porque é constituído tanto por professores que farão parte do Congresso, quanto de professores que não serão delegados ao Congresso. Para criar a fraude, a diretoria usou o advogado do sindicato, que assinou o recurso em favor do professor petista. A defesa contrária à fraude foi feita pelo PSTU e POR, se baseando em três argumentos democráticos: 1) a escola elegeu dois professores, portanto rejeitou o professor como pré-delegado; 2) o professor foi preterido porque está afastado da unidade escolar para ocupar o cargo de assessor parlamentar; 3) o recurso em favor do professor se baseava numa ata com assinaturas indevidas e, mesmo assim, o referido professor comparecia em quarto lugar. Coube à corrente Resistência/PSOL, que faz parte da chapa 1, fazer a defesa da fraude e legitimar a presença do professor como delegado eleito no CR. Sobre a base dessa vergonhosa manobra, a diretoria da Apeoesp impôs um porta-voz do PT como delegado. As correntes de Oposição protestaram, considerando um precedente impar na história do sindicato.

Depois dessa manobra, foi anunciada a mudança no regimento do Congresso. Tratava-se de corrigir um erro da direção petista, cometido no CR anterior, de aceitar a mudança do termo Tese para Contribuições ao Congresso. Ao aceitar a proposta das correntes que compõem o Fórum, também da chapa 1, a ala majoritária da direção abolia a Tese-guia e passava a votar contribuições, o que permitia membros de outras teses, em particular do PSOL, aprovar uma ou outra contribuição. Portanto, uma disputa entre membros da mesma chapa. O POR se absteve porque é contra a Tese-Guia e

Após essa discussão, houve a apresentação de todas as teses inscritas na região. A tese 3 foi defendida por dois camaradas do POR. Somente após as exposições é que houve a junção das teses.

Sem dúvida, em função do credenciamento de todos os aposentados e dos professores da rede municipal sem nenhum vínculo político com a regional, a chapa 1 obteve 93 votos, conseguindo a maioria dos delegados, 21. A chapa 2, alcançou 52 votos e 12 delegados. Se se levar em conta a vontade da base, em particular dos professores contratados, a maioria dos pré-delegados que votou na chapa 2 era proveniente das escolas. O que demonstra uma vitória política da Oposição à direção da Apeoesp.

Para a Corrente Proletária, as lições desse processo burocrático servem para reforçar a linha do POR de intervir junto às escolas, em particular junto aos professores jovens que vêm resistindo à filiação ao sindicato. É fundamental ganhar essa juventude para as posições classistas, democráticas e revolucionárias. Em relação ao Congresso, nada mudará, porque já foi decidido de antemão. Ali predominará a linha do PT e do PSOL de defesa da governabilidade de Lula e de sua reeleição para 2026.

o formato de Contribuições, que dissolve a essência de uma Tese. O CR de maioria petista votou em favor da Tese-guia.

O ponto sobre a Campanhas, foi aberto para as correntes se posicionarem, no tempo de dois minutos. O POR usou esse tempo para defender a linha do partido de as centrais, sindicatos e movimentos constituírem a frente única anti-imperialista, para enfrentar os ataques de Trump, destacando que a defesa da soberania nacional está nas mãos da classe operária e demais oprimidos e não do governo Lula. A burocracia acabou votando em bloco a proposta do POR. A votação em separado se deu em relação à assembleia. Nesse ponto, toda a chapa 1, PT e PSOL, se colocou a favor de discutir a convocação no Congresso. A proposta de aprovar a data de 3 de outubro para a assembleia, assim, foi rejeitada.

Por último, foi feito um apelo para reforçar a convocação do ato das centrais, sindicatos e movimentos de 7 de setembro.



LANÇAMENTO
FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00

POR **MASSAS**

São Paulo

Amplia o fechamento do noturno nas escolas estaduais para impor as PEIs

Nessa semana de 8 de setembro, várias escolas do estado estão sendo indicadas pelo governo Tarcísio para fechar o noturno. Muitas delas serão transformadas em PEIs, mesmo após a rejeição dos estudantes, pais, funcionários e professores.

Nesse momento, ocorre a reunião entre a Diretoria de Ensino de Caieiras e a direção da escola Pedro Paulo Aguiar de Franco da Rocha, para o fechamento do noturno.

Na Zona Leste de São Paulo, a imposição se dá na escola Décio Ferraz Alvim, alvo de fechamento do noturno desde o ano passado. Agora, a pressão do governo é violenta para que a escola se transforme em PEI.

Na região da Lapa, o mesmo ocorre. Escolas que rejeitaram a imposição das PEIs estão na mira do fechamento do noturno para se transformarem em “escolas de tempo integral”.

Grande parte dessas escolas possuía a EJA no período noturno, ensino de jovens e adultos, como é o caso da escola Pedro Paulo Aguiar. O governo Tarcísio não tem encontrado obstáculo para o

fechamento do curso noturno, que implica a extinção da EJA.

As direções sindicais, Apeoesp, Afuse e Udemo, se mostram cada vez mais incapazes de organizar uma luta coletiva para enfrentar o plano de Tarcísio para a educação. Foi assim com as Escolas Cívico-Militares, a privatização de escolas, a ampliação das PEIs, a expansão da terceirização e, agora, com o fechamento do período noturno. A resistência por escola, como vem sendo feita pelos professores, funcionários, estudantes e pais, não tem a força necessária para pôr abaixo esse brutal ataque à educação pública. Está aí por que é necessário uma luta estadual, o que depende dos sindicatos.

A Corrente Proletária e o Partido Operário Revolucionário têm feito uma campanha contra as PEIs e o fechamento do noturno, exigindo que as direções sindicais convoquem as assembleias estaduais e unitárias. Somente com ação direta, independência política e com a unidade, é possível impedir o fechamento dos turnos e das escolas.

São Paulo

Direção do SINPEEM realiza mais uma reunião de RE sem direito à base de se pronunciar

A direção do SINPEEM, corrente Compromisso e Luta, capitaneada por Cláudio Fonseca/PCdoB, realizou mais uma reunião de Representantes de Escola (RE), no dia 9 de setembro, em que o direito à fala dos trabalhadores de base foi cerceado mais uma vez. Utilizou-se de palestras “de formação”, exatamente no mesmo formato das que o governo oferece, além de um informe premeditadamente longo sobre os tópicos da pauta, tendo encerrado a reunião logo após, sem sequer abrir para o já aviltante 1 minuto que costuma aprovar nas reuniões. Assim, fecha ainda mais o sindicato, afastando-o da base a que deveria representar.

Vale lembrar que essa manobra burocrática de se utilizar das palestras não é novidade, esse expediente já foi usado em várias

outras vezes, assim como os longos monólogos do presidente do sindicato. Em sua justificativa, Fonseca remeteu as discussões mais importantes ao Congresso. O que equivale a dizer que setembro está morto para o SINPEEM – o Congresso acontecerá no começo de outubro. E isso em uma conjuntura de ataque à categoria, com a publicação de nova legislação expandindo o falido ensino integral.

A Corrente Proletária na Educação tem insistido na necessidade de lutar para formar uma nova direção, classista e combativa, no SINPEEM. O que passa pela tarefa de formar uma fração revolucionária no interior do sindicato, que empunhe um programa de independência de classe e que se coloque pela luta coletiva dos trabalhadores por suas reivindicações, com o método da ação direta.

Ceará – Fortaleza

Últimas lutas na rede municipal e campanha contra reforma administrativa

Os professores da rede municipal de ensino têm realizado paralisações periódicas mensais e atos de rua para o cumprimento da pauta restante da campanha salarial 2025. Em meio a estas lutas específicas, tem avançado o temor quanto à reforma administrativa (PEC 32/20) que tramita no Congresso. É nesse contexto que a direção do Sindiute (PT) tem se esforçado, ao máximo, para estrangular a democracia sindical. As assembleias não são mais realizadas, substituídas por lives do sindicato onde só a presidente fala. As últimas assembleias ocorreram por ocasião da campanha salarial e os professores de base tiveram apenas um minuto para intervir. Nos atos de rua a situação não foi melhor. A burocracia tem impedido, em todas as paralisações, a realização de tribuna livre para

que tanto a oposição quanto a própria base possam se expressar.

Tal situação tem obrigado a oposição (MOB – Movimento de Oposição pela Base) a voltar a se reunir e a recorrer às visitas às escolas para divulgar suas ideias e explicar a divergência com a direção. A Corrente Proletária (CPE) tem se empenhado em reerguer a oposição, assim como tem visitado escolas com seu boletim. A campanha contra a aprovação da reforma administrativa, ditada pelo grande capital e dirigida contra a estabilidade do funcionalismo, tem sido feita nas escolas pela CPE. É importante lembrar que a direção do Sindiute abandonou a luta pelo planejamento em local de livre escolha, item que constava na pauta da campanha salarial 2025.

A tarefa dos ativistas que compõem a oposição é de fortalecê-la como um núcleo democrático e classista. Que a paralisação que tem recaído sobre o MOB seja rompida e que este se dedique a reativar seus canais de comunicação com as bases. Os professores

conscientes e combativos têm o dever de fortalecer os MOB e assim ajudar na construção de uma alternativa revolucionária para nosso sindicato.

Pernambuco

IFPE: Nota da Corrente Proletária na Educação sobre Assembleia "híbrida" do Sindsifpe

Que a direção nacional e das seções do SINASEFE construam um verdadeiro dia de paralisação nacional dos servidores federais!

Há aproximadamente um mês, Sinasefe, Andes-SN, Fasubra aprovaram paralisação de 48 horas entre 10 e 11 de setembro. A direção do Sindsifpe, (seção do Sinasefe dos servidores do IFPE, dirigida pelo PT), só convocou assembleia para deliberação sobre adesão à paralisação nacional no dia 08/09, menos de 48 horas por meio de uma assembleia "híbrida", convocada às vésperas. Além das assembleias da seção pernambucana, todas as Plenárias Nacionais também ocorrem no formato "híbrido, convocadas pela direção nacional do Sinasefe, eleita após a greve, composta majoritariamente pelos coletivos Sinasefe Para Lutar (SPL), TAEs na Luta, além de composição do MEP/PCB, Pão e Rosas/PSOL e CSP-Conlutas/PSTU.

O formato "híbrido" está servindo à política governista da burocracia sindical, tanto em Pernambuco quanto da nacional do Sinasefe, que utiliza o formato para omitir que a base permanece na passividade do modo virtual. Assim, vemos mais um chamado de paralisação nacional que não foi construída no IFPE, enquanto o governo segue com ataques aos servidores e serviço público.

A Corrente Proletária/POR defendeu por meio de nota a paralisação como forma de responder urgentemente à ameaça de aprovação da Reforma Administrativa, que fere principalmente a estabilidade do servidor público, e pelo atendimento integral do acordo da greve de 2024, como RSC e redução de 30 horas para os TAEs e fim do controle de ponto para os docentes. Diante da Assembleia às vésperas da paralisação, chamou os servidores do IFPE Campus Barreiros a se reunirem presencialmente antes da Assembleia "híbrida", e acompanhar a Assembleia presencialmente de forma coletiva no campus para construir as ações dos dias 10 e 11/09. Avaliou em reunião presencial que não teríamos condições de parar, mas que era necessário fazer a mobilização no campus, com panfletagem nos setores e um ato com falas contra a Reforma Administrativa, em defesa do atendimento integral do acordo de greve e em defesa do orçamento para os IFs e universidades

- como parte do processo de construção de um verdadeiro dia de paralisação. Além disso, fez crítica à gestão do Sindsifpe, que ainda não realizou a rodada de assembleias presenciais nos campi, como parte da rearticulação dos servidores.

Na Assembleia, a direção informou que não seria possível parar no dia 10/09, por não ter as 72 horas para a comunicação da paralisação à Reitoria, desta forma, foi aprovada a paralisação apenas do dia 11/09. A direção do Sindsifpe se absteve. A CPE defendeu a paralisação, mas com informe da situação e da resolução aprovada na reunião do campus, com crítica ao método da direção do Sindsifpe e da direção nacional do Sinasefe, que chamam paralisações nacionais que não passam de manifestações nas redes sociais e de atos de aeroportos para pressão parlamentar, enquanto a base continua trabalhando normalmente.

A paralisação foi aprovada, em condições de assembleia virtual, com a presença de 16 pessoas (5 pessoas no campus Barreiros e 11 no virtual, maioria da direção do sindicato). Isso mostra que o chamado da Assembleia para deliberação da paralisação não passou de formalidade da direção, que mantém a política governista e que impede a organização dos trabalhadores por suas reivindicações para blindar o governo Lula/PT.

A Corrente Proletária também defendeu as assembleias presenciais nos campi, assim como a retomada das Plenárias Nacionais presenciais. Por isso, nos candidatamos para participar presencialmente da 205ª Plenária Nacional como delegação da seção, que ocorrerá entre 26 e 28 de setembro. É preciso retomar os métodos presenciais de organização, para avaliar e corrigir os métodos de construção da luta dos servidores federais, e combater a política governista das direções. Só assim, poderemos nos reorganizar e retomar a luta em defesa dos servidores e dos serviços públicos, principalmente organizando um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisação geral e atos de rua, contra a Reforma Administrativa e pelo atendimento das reivindicações dos servidores.

Plenária da FASUBRA: entre contradições e necessidade de mobilização real

A Plenária Nacional da FASUBRA, realizada de 29 a 31 de agosto de 2025 na Universidade de Brasília (UnB), reuniu 201 participantes, representando 35 sindicatos filiados. O encontro debateu temas centrais para os técnico-administrativos em educação, como a análise de conjuntura, a prestação de contas, substituições na Direção Nacional (DN) e no Conselho Fiscal, e aprovou resoluções estratégicas para o próximo período.

Nos informes das entidades de base, a partir das quatro perguntas formuladas pela DN da FASUBRA, ficou evidente a disparidade entre as orientações nacionais e a prática concreta

nos locais de trabalho. Muitos sindicatos relataram dificuldades em realizar as duas paralisações de 48 horas no mês de julho, seja por baixa adesão, seja por ausência de mobilização prévia. Onde ocorreram, os percentuais de participação foram reduzidos, revelando o desgaste e a falta de confiança de parte da categoria. Em diversos locais não houve assembleias para debater o indicativo de greve nacional, e a aprovação do Estado de Greve — orientada pela Federação — não se consolidou na maioria das bases.

Importa ressaltar que a própria direção majoritária gover-

nista da FASUBRA foi responsável por essa desarticulação. Após pautar a discussão sobre indicativo de greve na plenária de junho, não a levou adiante e ainda contrariou a deliberação daquele espaço ao cancelar a plenária de julho e adiar a de agosto. Essa postura burocrática e confusa desmobilizou a categoria e reforçou o sentimento de descrédito, dificultando a construção de uma resposta combativa diante da intransigência do governo.

A resolução de conjuntura aprovada destacou a ofensiva da extrema-direita internacional, liderada por figuras como Trump, e seus impactos sobre a soberania nacional, como o “tarifaço” contra a economia brasileira. Na situação nacional, foi denunciada a continuidade de políticas neoliberais, como o Arcabouço Fiscal, que comprometem o financiamento do serviço público.

Destacou-se ainda a luta pelo cumprimento integral do Termo de Acordo de Greve assinado em 2024, em especial no que diz respeito à reestruturação da carreira e ao Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). Houve críticas à morosidade do governo em atender às reivindicações, reforçando a urgência de intensificar a organização e a luta coletiva.

A plenária reafirmou a luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e ressaltou a importância de fortalecer as

frentes em defesa do serviço público, articulando ações nos estados e municípios, como atos em aeroportos e audiências públicas, para pressionar parlamentares. Os governistas defenderam que é preciso buscar aliados dentro do governo contra a reforma administrativa formulada pelo Congresso Nacional, desviando completamente a luta. Infelizmente, a plenária adiou a greve novamente, com a maioria dos delegados rejeitando a definição de uma data ou período para início da greve nacional.

O calendário de lutas aprovado definiu, dentre outras ações, paralisação de 48 horas nos dias 10 e 11 de setembro; e rodada nacional de assembleias na segunda quinzena de setembro para discussão do indicativo de greve. Diante do imobilismo da Direção Nacional, cabe às direções de luta das entidades de base assumir o protagonismo e organizar-se para responder aos ataques sofridos pela categoria e pelo conjunto do serviço público.

Durante a Plenária, a Corrente Proletária/POR interveio com pronunciamentos, banca de materiais e distribuição do Boletim CPE-FASUBRA com as notas “Apontar o indicativo de greve para derrotar a Reforma Administrativa e garantir o cumprimento integral do TAG” e “A resposta aos crimes da burguesia não virá das instituições burguesas”.

São Paulo - ABC

Audiências Públicas para implantação dos campi do IFSP no ABC escancaram a necessidade de um programa proletário para a educação

As audiências públicas realizadas em Diadema (25 de agosto) e Mauá (26 de agosto) para implantação dos novos campi do IFSP foram apresentadas como um gesto de transparência e escuta da comunidade. No entanto, ao analisar criticamente sua dinâmica, emerge uma contradição: até que ponto esses espaços expressaram de fato a democracia escolar e universitária e a soberania da comunidade acadêmica? Ou limitaram-se a um ritual formal, onde a “participação” se restringe a legitimar decisões previamente orientadas pela burocracia institucional?

Em Diadema, a audiência assumiu um tom que beirava o ridículo, parecendo um “terceiro turno” eleitoral: petistas exaltando Lula, setores da direita exaltando o prefeito Taka. O debate sobre a educação foi engolido pela disputa entre frações da ordem. Já em Mauá, onde a Prefeitura é comandada pelo PT, prevaleceu um discurso governista uníssono, marcado pela celebração e pela ausência de críticas. Em ambos os casos, não houve deliberação real nem construção coletiva de um projeto educacional enraizado nas necessidades populares. Foi sintomática a afirmação de que, independente do resultado da consulta sobre os cursos desejados pela população, não seriam criados certos cursos, como da área de engenharia.

É preciso situar esses acontecimentos no quadro político mais amplo. Em 2024, Lula anunciou a criação de 100 novos campi dos Institutos Federais, no mesmo pronunciamento em que conclamou dirigentes sindicais a encerrarem a greve nacional da educação federal. O anúncio de expansão foi utilizado como moeda política para enfraquecer a mobilização dos trabalhadores da educação. Hoje, passados mais de quatorze meses, o que se vê não é a materialização de investimentos consistentes, mas a continuidade da precarização: ensino a distância, estudantes enfrentando falta de

estrutura, trabalhadores sobrecarregados, contratos temporários e terceirizações se multiplicando, cortes orçamentários corroendo a autonomia institucional.

A concepção proletária de educação defendida pela Corrente Proletária na Educação (CPE) estabelece que o estudo deve estar organicamente ligado à produção social e às necessidades da classe operária e demais explorados. Não se trata de adaptar a formação às exigências imediatas do mercado, mas de construir conhecimento voltado à transformação social, sob a perspectiva de quem produz a riqueza. Nesse sentido, o debate educacional só pode ser democrático se vinculado à luta de classes e se os trabalhadores e a juventude oprimida tiverem real poder de decisão sobre os rumos da instituição.

O que se observou nas audiências foi, em grande medida, uma democracia caricata: a palavra concedida à comunidade sem a prerrogativa de decisão, a exposição tecnocrática substituindo o debate vivo, e a ausência de articulação entre as pautas institucionais e as lutas concretas da região do ABCDMRR. A autonomia universitária não pode ser reduzida a um mecanismo administrativo controlado pelo governo de plantão; ela só se realiza plenamente quando estudantes, trabalhadores da educação e a classe operária exercem, de forma organizada, a soberania sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Diante dessa situação, o programa proletário para a educação orienta para alguns pontos centrais, como: a vinculação orgânica das instituições de ensino à produção social como parte das lutas e reivindicações dos explorados, a democratização do saber científico a serviço da emancipação humana e não da reprodução da ordem vigente e a defesa da autonomia universitária como expressão da luta de classes contra a ingerência burocrática e governamental.

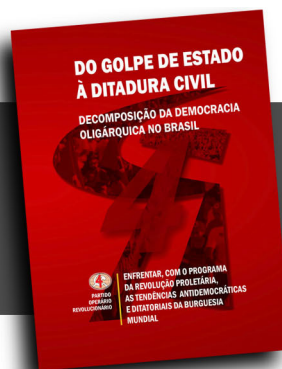


Frente a uma participação limitada e de uma autonomia cerceada, cabe retomar o método proletário de luta: organização de base, assembleias populares realmente democráticas, enraizamento das pautas acadêmicas nas necessidades populares e enfrentamento à burocracia que esvazia o conteúdo democrático. Só a mobilização coletiva, com independência frente aos governos e à administração, pode transformar as audiências públicas de um ritual formal

em um espaço de deliberação efetiva, em que a comunidade imponha sua vontade.

Assim, a tarefa que se coloca não é apenas criticar a forma caricata da democracia apresentada pelo IFSP, mas organizar a luta pela autonomia proletária na educação, convertendo cada espaço de debate em trincheira contra a subordinação das instituições de ensino ao capital e ao Estado burguês.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**



Formação Política

Grupo de estudos do Marxismo

A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky – Capítulos 7 e 8

No último jornal, apresentamos os capítulos 5 e 6 da obra de Lênin de crítica ao proeminente dirigente da II Internacional, o marxista renegado Kautsky. Passamos agora aos capítulos 7 e 8, os quais encerram a obra.

No capítulo 7, intitulado “Que é internacionalismo?”, Lênin vai mostrar como o renegado do marxismo não é internacionalista, que na verdade defende a classe burguesa nos pontos fundamentais ligados à guerra. Kautsky faz a defesa dos mencheviques e nisso revela que sua política é a de não só exigir reformas ao governo burguês imperialista, mas também de continuar a apoiá-lo, ou seja, continuar a apoiar a sua política de guerra.

Kautsky defende que o exército deveria se manter “em disposição de combate” e critica os bolcheviques por aumentarem sua desorganização. Porém, manter o exército forte e organizado, significava fortalecer a força repressora da burguesia, em vez de enfraquecê-la em favor da revolução. Diz: “Os mencheviques queriam uma paz geral. Queriam que todos os beligerantes aceitassem a palavra de ordem: sem anexações nem contribuições. Enquanto isto não se conseguisse, o exército russo, segundo este ponto de vista, devia manter-se em disposição de combate.”. Essa passagem deixa claro que sua reivindicação é a da “exigência” aos governos burgueses, o que leva à submissão à burguesia, não ao combate pela luta de classes. Lênin lembra “toda a gente sabe – e o curso dos acontecimentos demonstrou-o com evidência – que este exército republicano conservava o espírito kornilovista, graças aos seus quadros de comando kornilovistas. A oficialidade burguesa não podia deixar de ser kornilovista, não podia deixar de se inclinar para o imperialismo, para a repressão violenta do

proletariado. A tática dos mencheviques reduzia-se de fato a conservar inalteradas todas as bases da guerra imperialista, todas as bases da ditadura burguesa, a resolver miudezas, a retocar ninharias (‘reformas’).”.

Kautsky busca criticar a ditadura proletária e os bolcheviques dizendo que “o socialismo é contra a violência sobre as nações”. Lênin, em vez de negar essa consideração, mostra a hipocrisia de seu adversário ao falar da violência em geral, e não a de classe, mesmo artifício utilizado pelos democratas burgueses. Somente na sociedade sem classes, comunista, se extinguirá a violência do homem sobre o homem, o que não se pode deduzir desse fundamento histórico a negação da inevitável violência revolucionária. Portanto, falar de “violência” em geral, sem examinar as condições que diferenciam a violência reacionária da revolucionária, é uma forma burguesa de atacar a luta revolucionária e a ditadura do proletariado.

A política internacionalista do proletariado nos países imperialistas jamais pode ser a de defender “sua pátria” em uma guerra, justamente porque exclui completamente a luta revolucionária do proletariado contra o capital e significa defender o Estado burguês imperialista, ou seja, uma política nacionalista burguesa. Nesse ponto, Lênin traz uma formulação muito importante, que é a de que “a guerra é o prolongamento da política” e, por isso, é preciso saber se é da política burguesa – portanto reacionária – ou da proletária, portanto revolucionária.

Kautsky procura também atribuir aos bolcheviques uma premissa que nunca foi sua: a de que era preciso que a revolução europeia viesse a ocorrer “em data fixa”. Trata-se de uma

deturpação sobre a avaliação da possibilidade e importância da revolução europeia para a revolução mundial, ou seja, avaliação da situação objetiva para determinar a tática dos revolucionários. Diz Lênin: “é obrigatório para um marxista contar com a revolução europeia, se existe uma situação revolucionária. É uma verdade elementar do marxismo que a tática do proletariado socialista não pode ser a mesma quando existe uma situação revolucionária e quando ela não existe”. E complementa em resposta à indagação de Kautsky sobre se começou ou não a revolução europeia: “Se começou, também ele está disposto a tornar-se revolucionário! Mas então – observaremos nós – qualquer canalha (como os miseráveis que por vezes se juntam agora aos bolcheviques vitoriosos) se declarará revolucionário! Se não, então Kautsky volta costas à revolução!”.

Kautsky, buscando ocultar sua própria responsabilidade, diz que caso a revolução europeia não se confirmasse, não seria possível acusar ninguém, porque não seria possível culpar a classe operária por esse fato. Omite a acusação formulada por Liebknecht e pelos spartaquistas alemães, de que (...) o proletariado alemão não cometeu uma traição à revolução russa (e internacional) quando se estrangulou a Finlândia, a Ucrânia, a Letônia e a Estônia, (...), mas sim as direções que, como os Scheidemann e os Kautsky, não cumpriram o seu dever de agitação revolucionária, de propaganda revolucionária, de trabalho revolucionário entre as massas contra a sua inércia, dirigentes que agiram de fato para cortar o caminho aos instintos e às aspirações revolucionárias sempre latentes na profundidade da massa de uma classe oprimida”.

Por fim, o capítulo finaliza mostrando como o bolchevismo, por força da simpatia das massas oprimidas de todo o mundo por uma política revolucionária, “tornou-se bolchevismo mundial, deu uma ideia, uma teoria, um programa, uma tática, que se distinguem concretamente, na prática, do social-chauvinismo e do social-pacifismo”. Que o Poder Soviético serviu para popularizar em todo o mundo a ideia da “ditadura do proletariado”. E conclui com a ideia de que “este único país, graças ao Poder Soviético, fez contudo tanto que, mesmo se amanhã o Poder Soviético russo fosse esmagado pelo imperialismo mundial, (...) a tática bolchevique teria prestado um enorme serviço ao socialismo e teria apoiado o crescimento da invencível revolução mundial”.

O último capítulo, intitulado “Servilismo perante a burguesia a pretexto de análise econômica”, apesar de longo, vai mostrar essencialmente como Kautsky busca reviver teorias já superadas pela história sobre o caráter burguês da revolução, dando ênfase ao papel dos camponeses, e questionar como a ditadura poderia ser “proletária” se o campesinato era maioria numérica da população.

A primeira resposta aos questionamentos está justamente em que o pequeno produtor camponês não pode cumprir um papel independente, que a história mostra que inevitavelmente vai oscilar entre a política burguesa e a proletária. Em seguida mostra que as críticas sequer são consistentes: “[Kautsky] acusa os bolcheviques de fazerem passar a ditadura do campesinato

pela ditadura do proletariado. E ao mesmo tempo acusa-nos de que introduzimos a guerra civil no campo (nós consideramos isto um mérito nosso), de enviarmos para o campo destacamentos de operários armados, que proclamam abertamente que exercem ‘a ditadura do proletariado e do campesinato pobre’, ajudam este último, expropriam os especuladores, os camponeses ricos, os excedentes de cereais que eles ocultam em violação da lei do monopólio dos cereais”.

Lênin explica também a relação entre a revolução democrática e a revolução socialista, a aliança entre operários e camponeses: “O curso da revolução confirmou a justeza do nosso raciocínio. A princípio, juntamente a ‘todo’ o campesinato contra a monarquia, contra os latifundiários, contra o medievalismo (e nesta medida a revolução continua a ser burguesa, democrática burguesa). Depois, juntamente ao campesinato pobre, juntamente ao semiproletariado, juntamente a todos os explorados, contra o capitalismo, incluindo os camponeses ricos, os kulaks, os especuladores, e, nesta medida, a revolução torna-se socialista. Tentar erguer uma muralha da China, artificial, entre uma e outra, separar uma da outra, de outro modo que não seja pelo grau de preparação do proletariado e pelo grau de sua união com os camponeses pobres, é a maior deturpação do marxismo, a sua vulgarização, a sua substituição pelo liberalismo. Isto significaria impingir, por meio de referências pseudocientíficas sobre o caráter progressista da burguesia em relação ao medievalismo, a defesa reacionária da burguesia em relação ao proletariado socialista”.

Lênin ressalta que “não foi dos livros, não foi dos jornais, mas da vida que o campesinato pobre aprendeu a incompatibilidade dos seus interesses com os interesses dos kulaks, dos ricos, da burguesia rural”. Isso tem importância porque é a primeira vez na história que os camponeses têm uma experiência com um Estado proletário. Kautsky, por vezes, vai dizer que os camponeses nunca tiveram interesse em formas coletivas de uso da terra, ignorando completamente essa nova experiência e toda a potencialidade desse novo Estado. E tenta validar essa sua tese através dos decretos sobre as terras, que expropria as grandes propriedades, porém oculta todos os artigos e parágrafos de “regulamentação” dos decretos, que impulsionam a experiência de coletivização da exploração da terra e toda a nacionalização do solo. Em outras palavras, ignora que “se criou o regime agrário mais flexível no sentido da passagem ao socialismo”.

Ao final do capítulo, Lênin critica brevemente a “análise econômica” de Kautsky da indústria, que busca falsificar um de seus discursos tentando opor operários e camponeses e como se as fábricas fossem entregues aos operários individualmente, quando na verdade se trata do domínio do Estado proletário. Conclui que as acusações de Kautsky não diferem do burguês contrarrevolucionário: “Os discursos adocicados, disfarçados de ‘socialismo’, repetem aquilo que dizem brutalmente, sem rodeios nem adornos, os partidários de Kornilov, de Dútov e de Krasnov na Rússia”.



R\$ 30

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Nova
Coleção
Editorial

Lênin estrategista
da revolução proletária

Apostamentos sobre a história
do Partido Bolchevique

Notas sobre os 36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

Iniciamos no jornal Massas 743 a exposição sobre os 36 anos do POR. No Massas 744, começamos a apresentar os Congressos e Conferências. No Massas 747, tratamos do III Congresso, de janeiro de 1993, em que aprovou o programa do partido, dividido nas seguintes

partes: I – A crise do imperialismo e o internacionalismo proletário; II – Brasil: país capitalista semicolonial; III – As classes sociais e o proletariado revolucionário; IV – O fracasso histórico do nacional-reformismo; V – A estratégia da revolução e ditadura proletárias; VI – O método e

tática da revolução proletária; VII – A aliança operária e camponesa e a frente única anti-imperialista; VIII – Construir o Partido Operário Revolucionário; IX – Reconstruir a IV Internacional – Brasil parte da revolução mundial.

III Congresso

No Massas anterior, expusemos a caracterização de que o capitalismo da época imperialista é um regime em decomposição (ponto I), a natureza histórica do Brasil semicolonial (ponto II) e a definição das classes, identificando o proletariado como a classe revolucionária entre a maioria oprimida (ponto III).

IV. A tese sobre o fracasso histórico do nacional-reformismo e da incapacidade da burguesia brasileira defender a soberania nacional diante da dominação imperialista tem alcance estratégico para o programa do POR. Nesse ponto, é demonstrado que o liberalismo e o nacionalismo são produtos da burguesia. É importante sua diferenciação quanto à tática devido a que no país semicolonial o nacionalismo burguês acaba por conflitar com os interesses gerais das potências dominantes, resultando em conflitos internos no país entre nacionalização e desnacionalização da economia. No processo de industrialização impulsionado na década de 1930, emergiu a importância do nacionalismo. No centro da crise da década de 1960, esteve em choque o nacionalismo e o pró-imperialismo. Tornou-se necessário um balanço do esgotamento do nacionalismo, embora continue vigente nas entranhas da política burguesa. Do ponto de vista histórico, o nacionalismo fracassou em garantir a soberania nacional, que passou para as mãos da classe operária. A resolução programática do III Congresso se baseia na necessidade de acompanhar passo a passo as crises que explodem no país, colocando em conflito frações e setores nacionalistas e pró-imperialistas. Destacamos as seguintes formulações:

“A evolução política da burguesia brasileira reflete o desenvolvimento econômico do país. Espelha sua formação enquanto classe semicolonial, ao mesmo tempo ligada a interesses nacionais e subalterna ao domínio imperialista. O choque entre o liberalismo e o nacionalismo das frações internas expressa tal contradição, que se dá no âmbito internacional. O nacionalismo burguês da semicolonía se constitui numa posição defensiva de uma fração capitalista frente ao domínio imperialista, o qual se expressa internamente na fração vinculada ao mercado externo. A fração pró-imperialista incorpora o livre-comércio para se contrapor ao protecionismo e estatismo do nacionalismo”. (...)

“O estatismo e o protecionismo industrializantes não puderam levar o país à independência do controle imperialista. A conformação mundial da economia e o domínio das forças produtivas avançadas pelas metrópoles já não comportavam tal ruptura capitalista”. (...)

“Nem bem a burguesia nacional obteve um grau de industrialização, já se viu compelida a se associar amplamente ao capital estrangeiro, caso contrário não poderia mais caminhar. O surto da indústria pesada, a partir de 1955, se deu sob a penetração maciça das multinacionais e do endividamento externo estatal”. (...) “É inegável que o imperialismo sempre esteve no processo de industrialização. Por mais que os governos tomassem medidas protecionistas, não romperam com o controle externo. O processo de

ascensão da burguesia industrial foi uma contingência das relações internacionais, condicionadas pela crise mundial entre duas grandes guerras. Uma nação continental como o Brasil não poderia assegurar a unidade nacional elementar por mais tempo sobre a base do agrarismo exportador. O nacionalismo auxiliou na tarefa de impulsionar as forças produtivas que forçavam passagem com o esgotamento da economia anterior”.

Ganha enorme importância o nacionalismo na vida partidária. No período de 1930 a 1960, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) encarnará o nacionalismo na forma de nacional-reformismo. A crítica programática à subordinação do partido estalinista à fração burguesa nacionalista consta das teses programáticas do III Congresso. A importância do PCB está em que bloqueou e retardou a construção do partido voltado à elaboração do programa da revolução social no seio do proletariado. Eis a crítica:

“O PCB estalinizado armou-se programaticamente da tese da revolução democrático-burguesa, que seria a primeira etapa da revolução socialista, a qual viria no segundo momento. Estabelecia uma linha divisória entre a revolução democrática e a socialista. O proletariado auxiliaria a burguesia industrial na tarefa de desenvolver as forças produtivas capitalistas do país. O PCB não concebia a possibilidade de uma política independente do proletariado. Frente ao choque interburguês da oligarquia agroexportadora e industrial, assumiu a posição do nacionalismo burguês, contraditória com o internacionalismo proletário”. (...)

“Em meados de 1930, o estalinismo internacional se volta para a criação das frentes populares, por meio das quais o proletariado se uniria à denominada ala progressista da burguesia nacional. O PCB formula a estratégia do governo popular anti-imperialista e arma-se da tática correspondente, construindo a Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo programa é nacionalista burguês”. (...)

“Uma das lições fundamentais deixadas pelo PCB é a de que não analisou corretamente a condição semicolonial do Brasil. Armou-se da falsa caracterização de país feudal. Por outro lado, não compreendeu que o Brasil se incorporou ao capitalismo já na época imperialista”. (...) “O seu desenvolvimento capitalista não seria fruto da revolução democrática-burguesa, que o emancipasse do controle imperialista”. (...) “A tarefa desde sempre foi a de construir o programa da revolução proletária e não o da revolução democrática-burguesa nacionalista”. (...) “A essência do nacional-estalinismo se resume na conclusão da impossibilidade do proletariado se erigir como classe dirigente da maioria, para realizar as transformações anti-imperialistas e anticapitalistas”.

As teses do PCB acabarão por servir de base à constituição do Partido dos Trabalhadores (PT). A crítica ao nacional-reformismo petista é colocada claramente no III Congresso, rejeitando e denunciando a estratégia de constituição de um “governo democrático-popular, cujo conteúdo de classe se expressa na colaboração entre o proletariado, burguesia e pequena burguesia”.

“Os ideólogos do PT, provenientes da pequena burguesia e de formação estalinista, castrista e terceiro mundista, nada mais fazem do que dar continuidade, sob novas roupagens, às conclusões

do PCB, formuladas na fase mais direitista do seu V Congresso, depois do qual o partidão passou a defender a criação de um governo democrático e nacional". (...)

"A constituição do governo democrático e popular acabará por ser um recurso utilizado pela burguesia, mediante o aprofundamento da crise do Estado, na sua luta por estrangular as tendências de independência do proletariado. O PT, para se constituir numa alternativa real de governo, tem sido obrigado a se enlaçar no Estado burguês. Aos poucos abandona as bandeiras reformista nacionalizantes e assume posições pró-imperialistas. Nesse sentido, tem capitulado frente à ofensiva desestatizante do capital internacional".

Esse prognóstico foi concebido baseado no diagnóstico histórico do esgotamento do nacionalismo burguês. Isso quando o PT se preparava para a disputa eleitoral nas condições da crise política em que o primeiro presidente eleito, Fernando Collor de Mello, após o fim da ditadura militar era afastado pelo impeachment e o seu sucessor, Itamar Franco, se batia para concluir a transição que iria colocar a disputa entre o PT e o PSDB.

V. O programa do POR se assenta na concepção marxista da revolução e ditadura proletárias. Assimila a experiência histórica da Comuna de Paris e da Revolução Russa, sobretudo. O processo de degeneração burocrática do Partido Comunista da URSS e a desfiguração da ditadura do proletariado pelo estalinismo também se tornaram imprescindíveis para a elaboração dos fundamentos da revolução e ditadura proletárias nas condições de desenvolvimento do capitalismo semicolonial no Brasil, como parte do continente latino-americano.

O III Congresso evidencia o esforço do partido em não apenas se valer dos conceitos programáticos do marxismo, mas principalmente aplicá-los no processo dos antagonismos de classe e das tarefas colocadas pela luta da maioria oprimida. Isso sem perder de vista que a luta revolucionária pelo socialismo no Brasil é parte do internacionalismo proletário.

Em síntese: "O Brasil semicolonial está condicionado pela época de desintegração do capitalismo mundial. As forças produtivas internas se chocam com a ofensiva exploradora e mutiladora do imperialismo. Um país de economia atrasada se vê obrigado a quebrar forças produtivas, aprofundar os desequilíbrios regionais, distanciar-se mais da capacidade de produção industrial e elevar a pobreza das massas ao extremo da barbárie". (...)

"A contradição fundamental está em que as forças produtivas, encarceradas pelas relações de exploração do trabalho, são estancadas e mutiladas, voltando-se contra a vida da maioria assalariada. O avanço da opressão nacional reflete tal contradição e a agrava ao quebrar parte da economia semicolonial e submetê-la às contingências do mercado internacional. As forças produtivas internas interligadas e condicionadas pelas externas não podem avançar e dar um salto de qualidade. O capitalismo não permite erradicar a miséria da maioria, resolver os desequilíbrios regionais concentracionistas do atraso e do avanço industrial, superar a ociosidade dos meios de produção e eliminar o analfabetismo". (...)

"A burguesia nacional não pode realizar essas tarefas. Encarna a propriedade privada dos meios de produção que estrangula as forças produtivas e está condicionada pela burguesia metropolitana". (...)

"Estado e democracia são instrumentos da ditadura da classe burguesa sobre os assalariados e a pequena burguesia proprietária, exercidos pelo grande capital nacional ligado com o internacional. Expressam a estrutura semicolonial e o poder econômico do capital imperialista. A variante nacional-reformista, que pretende resolver a desintegração da semicolônia acaba por servir ao grande capital. O PT e seus seguidores, na sua impotência e por se assentarem na política de colaboração de classes, caminham para posições pró-imperialistas". (...)

"A derrubada do poder burguês é a condição para romper as amarras do imperialismo e as travas das relações monopolistas de produção". (...)

"A expropriação e nacionalização dos ramos controlados pelo

imperialismo por si só constituem uma poderosa força à disposição da superação do atraso e da conquista de independência nacional. A interdependência entre o grande capital nacional e internacional chegou a tal grau que não há como golpear o poder de um sobre a produção e o Estado sem atingir o outro. O mesmo ocorre com o poder oligárquico latifundiário sobre as terras, que se expressa também no Estado, fusionado que está com o capital financeiro e comercial". (...)

"O Programa de Transição da revolução brasileira se compõe da realização de tais tarefas próprias do país capitalista oprimido, com os objetivos socialistas de expropriação e estatização do grande capital. Numa unidade, entrelaçam-se as tarefas anti-imperialistas e anticapitalistas, democráticas e socialistas. As tarefas nacionais são as que a burguesia interna não mais pode resolver através da revolução democrática. Elas passaram a se constituir em parte integrante da revolução proletária, em tarefas transitórias do capitalismo atrasado para o modo de produção socialista". (...)

"As premissas objetivas para a revolução proletária estão amadurecidas. Não há solução progressiva intermediária para a decomposição econômica e social, como supõe o nacional-reformismo. A utilização da democracia formal, para impor os ditames do imperialismo e comprometer politicamente as massas com a falência do Estado, tende a se esgotar e dar lugar à centralização autoritária. Esgotados os recursos da democracia formal e do colaboracionismo, a burguesia tem como instrumento a militarização do país". (...)

"As crises sucessivas de governabilidade se revestem de crise do regime político. Revolução proletária e contrarrevolução burguesa são os dois polos de classe radicalizados pelas contradições do capitalismo". (...)

"A tarefa essencial do proletariado é a de se constituir em classe dirigente da maioria explorada, independizando-se da burguesia e de seus agentes, para tomar o poder pela insurreição e armamento popular". (...)

"A ditadura proletária, portanto, inicia por transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, combinando-a com as tarefas nacionais transitórias, e se esgota com a total extinção da exploração do trabalho e das classes, numa etapa superior do comunismo, que se dará em nível internacional. Esse fundamento histórico das leis de transformação do capitalismo em socialismo se aplica no Brasil, de acordo com as particularidades das tarefas e do desenvolvimento de suas classes. As forças motrizes da revolução são encarnadas fundamentalmente pelo proletariado e pelo campesinato pobre, porém, é de grande importância a vasta camada assalariada da classe média urbana. O proletariado fabril e o agrário são responsáveis pela produção capitalista mercantil e são parte essencial das forças propulsoras da economia". (...)

"O governo revolucionário capaz de destruir o poder da burguesia é o governo operário e camponês, para vencê-la, o proletariado terá de atrair o movimento dos trabalhadores agrários para uma aliança de classes oprimidas, aliança operária e camponesa. Tal aliança se tornará inquebrantável se apoiada na maioria nacional, que inclui as frações oprimidas da pequena burguesia das cidades. Ao contrário da ditadura da classe burguesa, que sustenta a decrepita semicolônia a serviço do imperialismo, a ditadura revolucionária da maioria romperá a opressão nacional e de classe e abrirá caminho para a expansão das forças produtivas e superação do atraso".

O III Congresso dá um salto à frente na elaboração do programa, analisando e expondo a estrutura econômica e social do Brasil, para estabelecer a estratégia da revolução social.

Observação: Devido ao espaço limitado do Jornal, daremos continuidade no próximo número do Jornal Massas, concluindo com os fundamentos do método e da tática da revolução proletária, aliança operária e camponesa, a frente única anti-imperialista, a construção do partido Operário Revolucionário, a reconstrução da IV Internacional e o Brasil como parte da revolução latino-americano.

Nesta edição:

Palestina: Toda força na luta contra o genocídio do povo palestino; Manifesto dirigido ao ato em Defesa do Povo Palestino; Brasil segue cúmplice do genocídio palestino

Argentina: Os resultados em Buenos Aires colocam na ordem dia a necessidade de nos organizarmos para expulsar Milei o quanto antes

Frente única anti-imperialista

33 anos do URSS - O Partido

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Toda força na luta contra o genocídio do povo palestino

Israel é fator de crise no Oriente Médio

O ataque de Israel em Doha, no Catar, é sem dúvida um dos acontecimentos mais importantes no último período, em relação à crise no Oriente Médio. A justificativa do Estado sionista foi de que objetivava destruir a liderança exilada do Hamas. Segundo a Al Jazeera, o grupo não sofreu baixas. Israel assumiu a responsabilidade, embora outras fontes apontem a anuência dos EUA. As informações parciais e desinformações contribuem para desviar o foco do problema principal, Israel segue sendo o principal fator de crise no Oriente Médio, com o apoio financeiro e militar dos Estados Unidos.

Com o avanço da carnificina israelense, com a tática do cerco em Gaza, que levou milhares à morte pela fome e à desnutrição severa, especialmente das crianças, grande parte da mídia relativizou a ampla campanha que havia feito anteriormente para condenar o Hamas e apoiar as ações de Israel. Também um conjunto de governos burgueses parceiros comerciais e militares de Israel, como França, Inglaterra etc., disse com frases cheias de eufemismos, que Israel estava indo longe demais. Macron anunciou que em setembro reconheceria o Estado Palestino. Nada disso, no entanto, freou a barbárie sionista em Gaza. Pelo contrário, em 2025, Israel intensificou os ataques e, neste momento, declara que tomará completamente a cidade de Gaza, região mais populosa da Palestina. Todo esse processo de hipocrisia da mídia e dos governos burgueses não serve à luta contra um genocídio que tem conteúdo não só nacional, mas também de classe.

A instância maior da burguesia internacional é o imperialismo, que além de fase final do capitalismo representa a política de um punhado de países ricos contra o conjunto dos países semicoloniais. Assim, o conteúdo de classe desse massacre está nas ações do imperialismo, chefiado pelos EUA, contra os povos do mundo todo, através das anexações, da pilhagem, da guerra comercial e das guerras bélicas, o imperialismo tenta manter sua hegemonia e controle conquistados no fim da Segunda Guerra Mundial. Nenhuma resposta burguesa é capaz de solucionar esse problema.

O imperialismo é fator de crise no mundo todo

A guerra comercial dos EUA contra a China, como tentativa de conter o avanço econômico do país asiático, é o fator determinante na crise internacional que hoje atinge todos os continentes. Os reflexos dessa guerra, sejam os diretos, sejam os indiretos, podem ser vistos em toda parte.

Na América Latina, região tradicionalmente controlada pelos EUA, os capitais chineses já são vistos em várias áreas. Os EUA agem para conter esse avanço, seja economicamente, com as taxações, seja militarmente, com o cerco à Venezuela. Na Ásia,

estamos acompanhando uma onda de protestos radicais na Índia e no Nepal, onde o Primeiro-ministro renunciou e outros ministros burgueses foram escoraçados pelas massas essa semana. Nesse segundo caso, é visível a ação das Big Techs em resposta à tentativa de controle por parte do governo. As mesmas Big Techs que se reuniram com Trump essa semana, liderados por Mark Zuckerberg, fundador da Meta, Tim Cook, CEO da Apple, Sundar Pichai, CEO do Google, Sam Altman, CEO da OpenAI, Bill Gates, fundador da Microsoft, entre outros, para oferecer apoio à política do governo e anunciar investimentos de bilhões de dólares.

Completam o quadro da crise internacional a guerra na Ucrânia, que já chega a três anos e meio sem um desfecho no horizonte, os conflitos na África, além da profunda crise no Oriente Médio. De maneira direta ou indireta, é sempre possível verificar a ação do imperialismo estadunidense e europeu nos conflitos.

As respostas localizadas, as revoltas instintivas, são insuficientes para conter a crise mundial. A crise de direção do proletariado, que significa a ausência do Partido Mundial da Revolução Proletária e dos partidos operários revolucionários nos diferentes países é o principal entrave para transformar a revolta das massas em luta revolucionária para pôr fim à dominação da burguesia. O primeiro passo é constituir, a partir dos sindicatos, uma frente única anti-imperialista, como forma de combater as diferentes ações do imperialismo, seja no campo militar ou econômico.

A resposta proletária contra o massacre dos palestinos

Localmente a crise de direção se expressa no controle dos sindicatos e outras organizações de massa dos trabalhadores nas mãos de partidos reformistas, socialdemocratas e conciliadores com a burguesia. Um exemplo está na limitada ação dos sindicatos até o momento em relação ao genocídio na Faixa de Gaza. Seja no Brasil, seja em outros locais, é preciso passar das palavras de apoio às ações concretas de bloqueios aos envios de armas, mantimentos e combustíveis ao Estado sionista. É sintomático que o governo Lula tenha condenado o genocídio em palavras, mas não tenha tomado nenhuma ação concreta para barrar o envio de combustível para Israel. Só a classe operária organizada e em luta pode cumprir essa tarefa. A necessidade de retomar os sindicatos e movimentos para a luta de classes é de primeira ordem.

Na ausência da classe operária na luta contra o genocídio a pequena-burguesia assume com sua política e se lança em ações isoladas e simbólicas, que servem para a denúncia, mas não substituam a ação coletiva das massas trabalhadoras. Essas ações que

surtem das formas mais variadas possíveis só poderão desempenhar um papel efetivo se tiverem atrás de si milhões de trabalhadores mobilizados e em luta.

Aproximam-se os 2 anos de massacre contínuo sobre o povo palestino. Os números oficiais apontam 64 mil mortos, grande parte crianças. A subnotificação pode levar esse número acima da casa dos 100 mil assassinados pela ação do braço armado do imperialismo no Oriente Médio. A indignação popular cresceu nos últimos meses, mas ainda carece de uma direção política que não alimente ilusões nas falsas soluções como a dos dois Estados, nas resoluções

da ONU ou aquela que diz que os governos burgueses vão agir. Pelo contrário, as massas exploradas do mundo todo devem tomar o destino em suas próprias mãos. Os palestinos que ainda resistem não podem esperar nem mais um minuto.

Transformar as palavras de apoio em ações concretas para isolar Israel e conter o genocídio!

Constituir a frente única anti-imperialista!

Lutar sob a estratégia de uma República Socialista da Palestina como parte dos Estados Unidos do Oriente Médio!

Palestina

Abaixo publicamos o Manifesto dirigido ao ato convocado pelo Comitê de Defesa do Povo Palestino, a ser realizado no dia 13 de setembro.

**Estados Unidos tirem suas mãos de sangue do Oriente Médio!
Estado Sionista de Israel pare imediatamente o genocídio do povo palestino!
Estados imperialistas da Europa vocês também são responsáveis pela carnificina!
Estados árabes a sua conivência com os Estados Unidos e o Estado Sionista de Israel pela destruição e anexação da Faixa de Gaza se volta contra todo o Oriente Médio!
Trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo, o fim do genocídio e a libertação do povo palestino estão em nossas mãos!
Organizemos as manifestações de massa e a constituição de uma frente única anti-imperialista!
Que as direções sindicais, populares e políticas, que se reivindicam da causa dos trabalhadores e das nações oprimidas, convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações!**

A imensa maioria dos países já se posicionou pelo fim da intervenção do Estado de Israel na Faixa de Gaza. Uma minoria de países segue os Estados Unidos e Israel em seu objetivo de arrasar o território palestino, expulsar seu povo e anexar o pouco que resta de suas terras. A imensa maioria da população mundial condena o colonialismo israelita e o apoio dos Estados Unidos. As massas árabes em sã consciência rejeitam a carnificina posta em marcha desde 7 de outubro de 2023.

A fração da população minoritária que ainda sustenta a política de guerra de Israel, traçada pelo governo de Binyamin Netanyahu, segue a ultradireita mundial, que tende ao restabelecimento do fascismo. Parte dela é composta de oprimidos que se enganam por força da religião. O mais profundo obscurantismo ainda está presente em meio a uma camada dos explorados. A minoria mundial que aceita o esmagamento da Faixa de Gaza em nome da liquidação do terrorismo do Hamas e dos dogmas religiosos e raciais serve às tendências bélicas em curso, impulsionadas por um punhado de potências imperialistas, tendo como carro-chefe os Estados Unidos.

Na ONU, já se tem assentado que Israel não lançou a ocupação militar da Faixa de Gaza simplesmente para responder ao ataque do Hamas em 7 de outubro. O regime de Netanyahu, a burguesia israelense e os governos norte-americanos - inicialmente o democrata Biden, em seguida, o republicano Trump - viram a oportunidade para transformar o atentado pontual da resistência palestina em uma guerra de amplitude regional.

Onde houvesse manifestações de resistências aos Estados Unidos e a Israel, havia chegado a hora do esmagamento. O regime nacionalista sírio dos Assad se encontrava em decomposição, o Irã se tornava cada vez mais isolado e o Líbano poderia ser

arrastado para o objetivo israelense-norte-americano de fulminar o poder do Hezbollah.

O Iraque enfraquecido pela guerra de intervenção (2003-2011) dos Estados Unidos seria neutralizado, ou serviria de auxiliar do imperialismo norte-americano em seus objetivos de ampliar sua hegemonia no Oriente Médio e barrar a penetração da China concorrente. A Rússia imersa na guerra da Ucrânia e acossada pelo cerco da OTAN pouco ou nada poderia fazer para socorrer a Síria e o Irã. Embora a China tivesse conseguido uma aproximação com as monarquias árabes, não constituía uma força de intervenção contrária ao expansionismo de Israel.

Os Estados Unidos tiveram a seu favor uma situação em que poderiam não somente afirmar seu controle do Oriente Médio, como potenciá-lo, derrotando as forças remanescentes do nacionalismo árabe e iraniano em declínio. A retomada da Síria para o controle de aliados favoráveis ao imperialismo norte-americano, o bombardeio às usinas nucleares do Irã, a neutralização da resistência do Iêmen e a retomada da influência sobre o Estado libanês expressaram vitórias substanciais às forças pró-imperialistas no Oriente Médio.

Abriu-se caminho para o Estado Sionista avançar o processo de anexação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. O que era uma hipótese se tornou fato. Trump e Netanyahu se colocaram abertamente pela expulsão de milhares de palestinos e posse integral da Faixa de Gaza. Se esse objetivo for alcançado, a Cisjordânia terá o mesmo destino.

Nenhuma transcendência tiveram os pronunciamentos de governos europeus em favor de um Estado palestino. O mais enfático foi o governo espanhol que admitiu o genocídio em curso, interrompeu relações comerciais com Israel e afirmou a defesa de

dois Estados na Palestina. Mas, tudo indica que o governo de Pedro Sánchez, do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), age sob a pressão da maioria da população que condena o genocídio. Não vimos Sánchez exigir da União Europeia (UE) que tomasse a mesma decisão, embora os governos da França, da Inglaterra e da Alemanha tenham se pronunciado em favor do fim da intervenção e da constituição de dois Estados.

Nota-se que o imperialismo europeu manobra para não parecer diante das massas como lacão dos Estados Unidos, e, em especial, do movimento ultradireitista fascizante dirigido por Trump. Na América Latina, o governo Lula se destaca por condenar o genocídio. Foi acusado de antissemita, como o foi Sánchez. Ocorre que Lula não tem ido além da retórica, não passando à ação, como, de alguma forma, o fez o governo espanhol.

Observa-se que os Estados Unidos continuam a condicionar as atitudes dos governantes no mundo todo, inclusive pondo limites à condenação a Israel feita pela China. As manifestações na ONU se desmoralizaram, mergulhadas em declarações demagógicas.

Um verdadeiro movimento de defesa do povo palestino obrigatoriamente tem de se confrontar antes de tudo com os Estados Unidos. Israel não passa de um braço do imperialismo norte-americano no Oriente Médio. Tornou-se potência militar sem nenhuma capacidade econômica. Tudo que o Estado Sionista alcançou no sentido do poder militar no Oriente Médio se deveu aos Estados Unidos, que como tal tornou o Estado Sionista um posto

militar avançado na região. Essa é uma trincheira fundamental para os Estados Unidos sustentarem uma rede de bases militares nos principais países do Oriente Médio, como é o caso do Catar, que acaba de ser invadido por aviões de Israel para bombardear a delegação do Hamas. Essa mais recente demonstração de força do Estado Sionista, que já atacou o Líbano, as Síria, o Irã etc., nada mais é do que a expressão militar da dominação norte-americana no Oriente Médio.



A defesa do povo palestino às últimas consequências se projeta no horizonte da crise mundial, que se agravará ainda mais com a guerra comercial desfechada por Trump, em cuja entranha se potenciam as tendências bélicas. É sintomático o impasse da guerra na Ucrânia e a movimentação dos Estados Unidos na América Latina, visando à derrubada dos governos que se acham mais próximos da China, por força da economia e do mercado mundiais. O cerco militar à Venezuela é parte dos choques internacionais movidos pelas

potências, tendo à frente os Estados Unidos.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, lutemos para organizar a frente única anti-imperialista para acabar com o genocídio na Faixa de Gaza e combater o intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina, no Oriente Médio e em toda a parte do mundo.

Lutemos sob a bandeira da revolução social, por uma República Socialista da Palestina e pelos Estados Unidos Socialista do Oriente Médio.

Ato Palestina

Brasil segue cúmplice do genocídio Somente a classe operária organizada pode barrar os navios da morte!

No dia 5 de setembro, o POR esteve presente no ato que ocorreu em frente à autoridade portuária de Santos, para denunciar a cumplicidade criminosa do Brasil com o genocídio do povo palestino. A mobilização ocorreu diante da denúncia de que navios partem do Brasil carregados de aço destinado a sustentar a máquina de guerra do Estado sionista de Israel.

A despeito da manobra da empresa (que antecipou a partida do navio para evitar o protesto), reafirmamos que apenas a classe operária organizada, no caso especialmente os trabalhadores portuários, pode de fato interceptar essas cargas. Meia dúzia de militantes não seria capaz de parar um cargueiro. Para isso, seria necessária a mobilização consciente das massas exploradas, que têm o poder real de travar o envio de armas, aço, combustível e todo material que fortalece o massacre em Gaza.

Infelizmente, o ato contou com cerca de 45 pessoas, marcado pela falta de organização e de divulgação e teve de lidar com o forte aparato repressivo. A Frente Palestina de São Paulo sequer esteve presente. Informações fundamentais não foram compartilhadas com o conjunto do movimento, o que demonstra debilidades na construção da luta frentista.

Enquanto isso, mais de 64 mil palestinos, sendo cerca de 70% mulheres e crianças, já foram assassinados em dois anos

de genocídio pelo Estado sionista de Israel. Não há tempo a perder. É inadmissível que o movimento fique restrito a pequenos atos simbólicos ou esperando pela Flotilha da Paz. Reconhecemos a importância política dessas ações, mas a luta não pode restringir a atos simbólicos.

O POR foi o único Partido a levantar no ato que a luta contra o genocídio palestino só pode avançar se colocarmos a classe operária portuária e industrial no centro da batalha, pois só ela tem a força material para impedir a exportação e importação que alimentam a guerra. Fomos os únicos também a denunciar a hipocrisia do governo Lula/Alckmin, que posa de defensor da Palestina, mas mantém relações diplomáticas, comerciais e militares com o Estado sionista de Israel.

Por isso, reafirmamos: Não ao genocídio do povo palestino! Fim imediato da intervenção militar em Gaza! Rompimento total do Brasil com o Estado sionista de Israel! Rechaço à farsa dos dois Estados armada pelo imperialismo! Pela frente única anti-imperialista em todo o Oriente Médio!

Somente a classe operária mundial e todas as camadas exploradas, com seus métodos próprios podem parar genocídio do povo palestino. E defender uma República Socialista da Palestina.

Argentina

Declaração do Partido Operário Revolucionário da Argentina, membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, CERQUI**Os resultados em Buenos Aires colocam na ordem do dia a necessidade de nos organizarmos para expulsar Milei o quanto antes**

1) O governo de Milei, que vinha sendo encurralado pela crise econômica e escândalos de corrupção, sofreu um duro golpe nas eleições da Província de Buenos Aires. O governo está acabado, será forçado a tomar medidas cada vez mais desesperadas, mas a burguesia e o imperialismo receberam uma mensagem clara de que Milei não poderá garantir suas negociatas por muito mais tempo. Suas medidas desesperadas provocarão maior fome e repressão, pelo qual temos de nos preparar.

2) Kicillof aparece como o grande vencedor do dia, configurando-se como o principal candidato da oposição burguesa para disputar a presidência. Ele pede a Milei que mude de rumo, diminua a marcha, que o convide a negociar. Ele se oferece como fiador constitucional para que Milei possa continuar governando, ou então sair “de boas”.

3) Os trabalhadores não podem ter esperança de que Milei “ouça as urnas” ou que a oposição peronista possa segurá-lo no Congresso. A ditadura civil de Milei deve ser confrontada com os métodos da luta de classes.

4) A polarização eleitoral entre La Libertad Avanza e Fuerza Patria transformou a eleição provincial em um evento nacional. O próprio Milei teve de se envolver na campanha para tentar garantir o voto. Ambas as chapas pediam o tempo todo para votar. Foi o principal esforço de campanha.

5) A grande derrota eleitoral do governo nacional aprofunda a crise econômica e política. Perdeu por quase 14% na Província. Perdeu em 6 das 8 seções eleitorais. Na 1ª Seção, a mais populosa, perdeu por 10%, na 3ª Seção por 25%. Suas piores previsões foram superadas pela realidade.

6) O maior banco dos EUA, o JP Morgan, chamou a votação de uma eleição “crucial”. O Banco caracterizou que uma derrota contundente teria “consequências particularmente sensíveis” para a economia.

No dia das eleições na Capital, a AmCham, a Câmara de empresas norte-americanas, pediu a Macri e ao PRO que se unissem na província para enfrentar o peronismo. O PRO praticamente se dissolveu em La Libertad Avanza. A derrota eleitoral de Milei foi o triplo do que era aceitável pelo o capital financeiro. O FMI e outras organizações internacionais emprestaram bilhões de dólares para sustentar Milei, para que chegasse às

eleições com o preço do dólar controlado.

7) O resultado da eleição levou a uma queda acentuada no preço das ações argentinas em Wall Street, o “risco país” cresce e a pressão sobre o preço do dólar é potenciada.

8) 61% dos inscritos compareceram às urnas, refletindo um abstencionismo significativo. A participação média nas eleições legislativas é de 77,46% (AF). Pela primeira vez, a eleição provincial é separada da nacional.

9) Essa derrota do governo nacional, que se concentrou no “anti-kirchnerismo”, tem consequências. Mostra que não consegue apoio eleitoral para continuar com os ajustes. Uma questão que preocupa o poder econômico.

10) Boa parte do voto peronista é uma forma de voto de punição ao governo nacional por seu ataque aos aposentados, Garrahan, os deficientes, por ter interrompido as obras públicas, liberado as tarifas, atacado a saúde pública e a educação, provocando

centenas de milhares de demissões, perda do poder de compra, ter facilitado o parasitismo financeiro, e também por causa de escândalos de corrupção.

11) A classe operária, com sua política e sua estratégia, estava ausente das chapas que competiam. Nas chapas e na campanha do peronismo, aparecem lideranças burocráticas da CGT e da CTA que não

representam a política da classe operária, defendem a ordem capitalista.

12) O governo Kicillof sai vitorioso nesta eleição. Adaptou o ajuste nacional à província, vitimizando-se pelos pesados cortes financeiros impostos a ele pelo governo nacional. Não expressa nenhuma rebelião contra o FMI e seu programa, nem contra a grande propriedade. Os trabalhadores não podem esperar nada de sua política conciliatória.

13) A cada dia que Milei permanecer no governo, avançarão a destruição de empregos, o endividamento do país se aprofunda, a expatriação de riqueza e a entrega dos recursos naturais. Contra a política conciliatória do peronismo, opomos o programa revolucionário da classe operária com seus métodos de luta. A ditadura civil não se derrota nas urnas, há que derrotá-la nas ruas com a greve geral.

POR, 08/09/25





Frente única anti-imperialista

No IV Congresso da III Internacional, o último realizado sob a direção de Lênin, se discutiu e se aprovou a tática da frente única proletária e a da frente única anti-imperialista. O primeiro caso se encontra na resolução “Teses sobre a unidade da frente proletária”. Aplica-se nos países de capitalismo avançado e imperialistas. Contrapõe-se à tática da colaboração de classes e ao divisionismo provocado pelas direções reformistas.

Em síntese: “A política dos reformistas e dos centristas depois de ter provocado a cisão no interior do partido, ameaça agora a unidade do movimento sindical, o que prova que, à semelhança de Jean Longuet, Jouhaux, serve na realidade, à causa da burguesia. A consigna da unidade política e econômica da frente proletária contra a burguesia é o melhor meio para acabar com as manobras divisionistas”. (...) “Os comunistas devem esforçar-se a qualquer custo por penetrar profundamente nas massas trabalhadoras com a consigna da unidade da frente proletária contra a burguesia”. (...) “Por unidade da frente proletária, é preciso entender a unidade de todos os trabalhadores dispostos a combater o capitalismo, incluídos, portanto, os anarquistas e os sindicalistas. Em vários países, esses elementos podem juntar-se utilmente às ações revolucionárias. Desde o seu início, a Internacional Comunista defendeu uma atitude amistosa a respeito desses elementos operários que superam pouco a pouco seus preconceitos e aderem ao comunismo”.

Nas Teses gerais sobre a questão do Oriente, está formulada a tática da frente única anti-imperialista, que corresponde às particularidades da luta de classes nas colônias e semicolônias.

A resolução consta das seguintes partes: 1) O crescimento do movimento operário no Oriente; 2) As condições da luta; 3) A Questão agrária; 4) O movimento operário no Oriente; 5) Os objetivos gerais dos Partidos Comunistas no Oriente; 6) A frente única anti-imperialista; 7) As tarefas do proletariado nos países do Pacífico; 8) As tarefas coloniais dos Partidos das metrópoles.

Reproduzimos abaixo o ponto seis. O POR tem em seu programa tanto a tática da frente única proletária, quanto a da frente única anti-imperialista. No momento, a crise mundial e o intervencionismo das potências evidenciam a vigência da tática da frente única anti-imperialista, que via de regra tem sido relegada ou negada por correntes que se reivindicam do marxismo-leninismo-trotskismo. É um imperativo estudar a experiência da Assembleia Popular de 1971, na Bolívia, que foi caracterizada pelo POR boliviano como um organismo de frente única anti-imperialista, portanto, um órgão de poder da maioria oprimida, assentado na classe operária.

A frente única anti-imperialista

Nos países ocidentais que atravessam um período de transição caracterizado pela acumulação organizada das forças, foi lançada a bandeira da frente única proletária. Nas colônias orientais, é indispensável, neste momento, lançar a bandeira de frente única anti-imperialista. A oportunidade dessa bandeira está condicionada pela perspectiva de uma luta de longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias. Essa luta é necessária a partir do momento em que as classes dirigentes nativas tendem a estabelecer compromissos com o capital estrangeiro e que esses compromissos afetam os interesses básicos das massas populares. Assim como a bandeira da frente única proletária contribuiu e contribui, no Ocidente, para desmas-

carar a traição dos socialdemocratas aos interesses do proletariado, do mesmo modo a bandeira de frente anti-imperialista contribuirá para desmascarar as vacilações e incertezas dos vários grupos do nacionalismo burguês. Por outro lado, essa bandeira ajudará no desenvolvimento da vontade revolucionária e no esclarecimento da consciência de classe dos trabalhadores, incitando-os a lutar, na primeira fila, não somente contra o imperialismo, mas também contra todo tipo de resquícios feudais.

O movimento operário dos países coloniais e semicoloniais deve, principalmente, conquistar uma posição de fator revolucionário autônomo na frente anti-imperialista comum. Somente se se reconhece essa importância autônoma e se se conserva sua total independência política, no caso dos acordos temporários com a democracia burguesa que são admissíveis e até indispensáveis. O proletariado apoia e levanta reivindicações parciais, como por exemplo, a república democrática independente, a outorga dos direitos dos quais estão privadas as mulheres etc., desde que a correlação de forças existentes no momento não permita pleitear a aplicação de seu programa soviético. Por sua vez, trata de lançar bandeiras passíveis de contribuir para a fusão política das massas camponesas e semiproletárias com o movimento operário. A frente única anti-imperialista está firmemente vinculada à orientação para a Rússia dos soviéticos.

Explicar aos trabalhadores a necessidade da aliança com o proletariado internacional e com as repúblicas soviéticas é um dos principais pontos da tática da frente única anti-imperialista. A revolução colonial só triunfará com a revolução proletária nos países ocidentais.

O perigo de um entendimento entre o nacionalismo burguês e uma ou várias potências imperialistas hostis, às custas das massas, é muito menor nos países coloniais que nos países semicoloniais (China, Pérsia), ou melhor, nos países que lutam pela autonomia política explorando, com efeito, as rivalidades imperialistas (Turquia).

Reconhecendo que certos compromissos parciais e provisórios podem ser admissíveis e indispensáveis quando se trata de tomar um fôlego na luta de emancipação revolucionária levada a cabo contra o imperialismo, a classe operária deve opor-se intransigentemente a toda tentativa de uma divisão de poder entre o imperialismo e as classes dirigen-

tes locais, seja aberta ou dissimuladamente, pois tem por objetivo conservar os privilégios dos dirigentes. A reivindicação de uma aliança estreita com a República proletária dos soviéticos é a bandeira da frente única anti-imperialista. Desde o princípio, é preciso levar a cabo uma luta decidida pela máxima democratização do regime político, a fim de privar totalmente o sustento dos elementos social e politicamente mais reacionários e garantir aos trabalhadores a liberdade de organização, permitindo-lhes lutar por seus interesses de classes (reivindicações de uma república democrática, reforma agrária, reforma dos encargos tributários fundiários, organização de um aparelho administrativo baseado no princípio de autogestão, legislação trabalhista, proteção do trabalho, proteção da maternidade, da infância etc.). Nem sequer no território da Turquia independente, a classe operária goza da liberdade de organização, o que pode servir de indício característico da atitude adotada pelos nacionalistas burgueses com relação ao proletariado.

(Extraído do livro “Os Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista”, segunda parte, Resolução do IV Congresso “Teses gerais sobre a questão do Oriente”, Cadernos de Pasado y Presente, México, agosto de 1977)





33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Iniciamos no Jornal Massas 743 o estudo da Plataforma da Oposição de Esquerda sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo estalinista que dava seus primeiros passos. No Massas seguinte, expusemos os capítulos “A situação

da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a construção socialista”. No Massas seguinte, demos continuidade com o capítulo V “A indústria do Estado e a edificação do socialismo”. No Massas 746, fizemos a exposição do capítulo VI “Os Soviéticos”. No Massas 747, tratamos do capítulo VII “A Ques-

tão Nacional”. Agora, damos continuidade à apresentação da Plataforma da Esquerda Unificada de 1927, expondo o capítulo VIII sobre a importância histórica do partido leninista, não só para a tomada do poder como para levar adiante o processo de transição do capitalismo ao socialismo.

O Partido

Os capítulos anteriores são suficientes para demonstrar e compreender o lugar da tendência revisionista do marxismo-leninismo dirigida por Stalin. Mas, verificamos o significado mais profundo da degeneração burocrática do Estado soviético ao estudar o processo de afastamento e desvio do partido do programa que o levou a dirigir a Revolução de Outubro de 1917. Transcrevemos imediatamente a introdução ao capítulo VIII, que trata do partido. Diz a Plataforma;

“Nenhum partido, na história do mundo, conseguiu uma vitória tão gigantesca como o nosso, que está há dez anos na direção do proletariado, que estabeleceu sua ditadura. O Partido Comunista Russo é o instrumento fundamental da revolução proletária. O Partido Comunista Russo é o partido dirigente do Comintern (III Internacional). Nenhum outro partido assumiu tamanha responsabilidade histórica internacional. Mas, por essa mesma razão e pela força de que dispõe, deve criticar sem medo seus próprios erros. O partido deve descobrir seus recantos mais sombrios e evidenciar claramente o perigo de uma degeneração efetiva, a fim de tomar medidas oportunas para impedi-la. Sempre se fez assim na presença de Lênin, que constantemente nos advertia contra o perigo de que nos degenerássemos em um ‘partido de pedantes’. Ao apresentar o seguinte quadro da situação atual de nosso partido, com seus aspectos mais sombrios, os membros da Oposição manifestam sua firme esperança de que, com uma verdadeira política leninista, o partido pode vencer sua debilidade e colocar-se à altura de sua tarefa histórica”.

Esse sentimento de que ainda era possível reconduzir o partido para a política traçada por Lênin, como veremos, correspondia à convicção da própria fração oposicionista à fração oficialista manejada pelo grupo que se constituiu em torno a Stalin, que assumiu o posto de Secretário Geral no lugar de Lênin, em 1924.

Em setembro de 1927, no entanto, já se havia cristalizada a ten-

dência revisionista, que, como tal, defendia seu posto de comando com os meios antagônicos ao centralismo democrático. Assentava-se em mudanças sensíveis quanto à relação do partido com o proletariado e com a administração do Estado soviético. Eis por que os vários aspectos da crítica à degeneração burocrática do partido começa justamente pela “composição social”. Diminuíam-se o peso dos operários fabris e aumentava o dos camponeses, funcionários, ex-operários e variados tipos de profissionais. Em 1926, se acentuava a tendência de diminuição da classe operária nos comandos do partido e da administração estatal.

A Oposição demonstra que o XIV Congresso do Partido Comunista Russo, realizado em dezembro de 1925, expressou uma vi-

rada na composição social do partido, integrando massivamente camponeses, sendo a maioria deles camponeses médios, em detrimento dos operários agrícolas.

Tornava-se, assim, inevitável a mudança para pior na “composição social dos órgãos de direção do partido”. (...) “O número de operários das fábricas que integram os quadros desses órgãos de governo do partido é insignificante”. (...) “Isso

demonstra a enorme quantidade de poder que alcançaram os ‘administradores procedentes de setores pequeno-burgueses bem como dos burocratas operários. Esse é o caminho mais seguro que pode conduzir à ‘desproletarização’ do partido”.

Verifica-se o aumento de arrivistas provenientes dos socialistas revolucionários e dos mencheviques no aparato partidário e nos encargos administrativos. A Plataforma conclui que o burocratismo se manifesta em todas as esferas do Estado, sendo que o seu maior perigo se encontra no interior do próprio partido. Essa mudança de composição levou à tese burocrática de que as relações políticas devem ser emanadas de cima para baixo e não de baixo para cima.

A conclusão da Oposição foi de que se estava diante de um processo burocrático de negação do partido leninista, “um partido das



massas operárias”. Constatava-se que ocorria a “abolição sistemática da democracia interna do partido, violando toda a tradição do partido bolchevique, violando as decisões concretas de uma série de Congressos do partido. A eleição genuína dos funcionários está desaparecendo na prática. Os princípios organizativos do bolchevismo são deformados passo a passo. A constituição do partido se está modificando sistematicamente para aumentar os direitos dos de cima e diminuir os do núcleo situado na base”. (...) “O direito de cada membro do partido (...), de recorrer para resolver as diferenças fundamentais, tem sido anulado. Os Congressos e as Conferências são convocados sem uma livre discussão preliminar (como se fazia sempre em vida de Lênin) de todas as questões pela totalidade do partido. O simples fato de exigir essa discussão se considera uma violação da disciplina do partido. Esqueceu-se, por completo, da frase de Lênin de que ‘os dirigentes bolcheviques devem ser sustentados sinceramente pela vontade honrada e consciente do exército militante, o qual o segue, mas ao mesmo tempo os dirige’”.

A Oposição ataca duramente a relação de “submissa obediência”. Tal relação era expressão da substituição crescente do partido por seu próprio aparato, o que conduzia à negação do princípio leninista de que a ditadura do proletariado somente poderia ser realizada por meio do partido. A esse posicionamento, a direção estalinista acusava a Oposição de pretender criar “dois partidos”. Na realidade, se tratava da divergência em torno à orientação política. A direção burocrática abolia a democracia interna do partido para impor autoritariamente sua diretriz errônea.

A Plataforma da Oposição distingue três tendências em conflito. A primeira, “francamente colocada à direita”. Esse agrupamento tendia a se aproximar da Internacional de Amsterdam, renunciando “às táticas da revolução mundial”. A segunda, correspondia ao “centrismo” do aparato oficial. Essa tendência majoritária era constituída por Stalin e seu grupo. Expressava a casta de administradores – no partido, nos sindicatos, nos órgãos industriais, nas cooperativas e no aparato do Estado. A tendência cen-

trista considerava que o socialismo havia avançado extraordinariamente, alcançando a “nona parte do programa”. Assentava-se na tese revisionista da possibilidade de construção do socialismo em um só país. A terceira, era a da própria Oposição de Esquerda, que, como tal, se apresentava com a Plataforma de defesa dos fundamentos leninista e de sua aplicação nas condições concretas do desenvolvimento e sedimentação das conquistas da Revolução de Outubro. Colocava-se na defesa da unidade do partido. Afirma: “Nosso objetivo é conservar a unidade do partido a todo custo, nos opomos resolutamente à política das cisões, amputações, exclusões, expulsões etc., mas, ao mesmo tempo, garantir ao partido seu direito de discutir e decidir livremente, no marco dessa unidade, todas as questões que se colocam”.

Sobre a base dessas considerações, a Plataforma apresenta um conjunto de proposições práticas. Em síntese: 1) preparar-se para o XV Congresso sobre a base de uma verdadeira democracia interna do partido (...); 2) adotar imediatamente uma série de medidas para melhorar a composição social do partido e dos órgãos administrativos; 3) garantir a democracia partidária; 4) estabelecer o caminho da proletarianização do partido em geral; (...) 8) reconstruir a Comissão Central de Controle; 9) assumir a orientação de Lênin quanto à seleção dos membros do Comitê Central e da Comissão Central de Controle, que estabelece uma proporção operária na composição da direção.

A luta da Oposição, apresentando-se com a Plataforma, dirigia-se ao XV Congresso do partido, que deveria eleger um Comitê Central, que acatasse as últimas orientações deixadas por Lênin. Essa condição se chocava frontalmente, tanto com a fração direita, quanto a centrista, uma vez que estavam na contraposição da linha do testamento de Lênin.

(As citações foram extraídas de “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L, Buenos Aires, 1973)

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

RESPOSTA MARXISTA À OPRESSÃO SEXUAL



Balanco da trajetória dos movimentos LGBT
A defesa do Partido Operário Revolucionário
de lutar pelo fim das opressões com os
métodos da luta de classes

 **POR** PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  **MASSAS**

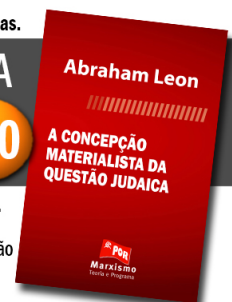
LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$30

Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham Leon se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.



LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$40

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

